



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0468/15	DATA: 04/05/2015	
LOCAL: Complexo do Alemão - CAIC - RJ	INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h32min	PÁGINAS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DENIZE MORAES DA SILVA - Mãe de Caio Moraes, mototaxista assassinado.
UDSON FREITAS - Representante do movimento Juntos pelo Complexo do Alemão.
MARCOS VALÉRIO ALVES (Marquinhos Pepé) - Representante da Associação de Moradores da Palmeira.
MARTHA ROCHA - Deputada Estadual do Rio de Janeiro.
FLAVIO SERAFINI - Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Diligência no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro/RJ, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e de Educação da ALERJ, para tratar do tema segurança pública, com a perspectiva de garantir segurança a partir de direitos sociais.

OBSERVAÇÕES

Há falhas na gravação.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressão ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Reunião realizada no Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) Theóphilo de Souza Pinto, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro/RJ.



A SRA. TÂNIA MARA SALAZAR - Meus queridos, bom dia.

Por gentileza, gostaria que se acomodassem da melhor maneira possível. Sei que não é o ideal, mas é o melhor que podemos fazer. *(Pausa.)*

Eu gostaria de chamar o Deputado Marcelo Freixo para convidar as pessoas a compor a Mesa. Depois eu vou fazer uma fala. Está bem?

Deputado, por gentileza.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado. Bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de pedir a colaboração dos presentes. Se pudessem, eu gostaria de pedir que tentassem evitar conversas paralelas, porque esta audiência é de extrema importância.

Mais uma vez, agradeço muito à direção da escola, à Tânia, por ter construído esta audiência conosco, por ter cedido este espaço.

Um dos objetivos desta audiência — não o único — é conversar sobre esta escola, sobre a própria instalação da UPP no pátio da escola e os problemas que isso tem gerado.

Eu vou pedir a colaboração de todos. Como é um lugar aberto, o som não tem a melhor qualidade. Se tivermos muitas conversas paralelas, vamos ter dificuldade na comunicação.

Quero agradecer muito a todas as convidadas e a todos os convidados por estarem aqui presentes.

Nós convidamos os membros da CPI que estão, neste momento, investigando a morte de jovens negros, o extermínio da juventude negra no País. Inclusive membros da CPI da Câmara Federal estão aqui presentes. Daqui a pouco, nós vamos ler o nome de todos os Deputados e Deputadas. Nós vamos garantir a fala do Presidente e da Relatora da CPI durante a audiência. E, de imediato, vamos compor a Mesa, para que possamos dar início às falas.

Convido, para compor a Mesa, Denize Moraes da Silva, mãe de uma das vítimas aqui do Complexo Alemão. Denize, por favor. *(Palmas.)* Convido Tiago Matioli, pesquisador aqui do local *(palmas)*, Marquinhos Pepé, da Associação de Moradores *(palmas)* e Uyson Freitas, do Complexo Alemão *(palmas)*. Representando os professores da escola, convido Matheus Mendes e Guilherme



Moreira. *(Palmas.)* Convido o Coronel Íbis, representante da Polícia Militar, aqui presente — obrigado, Íbis. Convido também o Coronel Laviano — obrigado, Laviano. Convido Andréa Sepúlveda, representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; a Profa. Rosana Mendes, representante da Secretaria de Educação do Estado do Rio. *(Palmas.)*

Quero ainda convidar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI, para compor a Mesa com a gente, e a Deputado Rosângela Gomes, Relatora da CPI. *(Palmas.)*

Bom, Mesa composta, queria a atenção de todos e todas para as falas. Todas as falas são importantes. Nós temos uma combinação de bom senso. Temos uma Mesa grande, e não teria como ser diferente — nós não queremos pouca gente participando deste momento —, mas é importante que nós tenhamos a capacidade de síntese, a capacidade de falar o essencial para que todos possam falar, mas também ouvir.

Eu quero, antes de começar, fazer uma referência ao policial Marcelo Soares, que foi baleado no sábado, aqui no Complexo, e que evidentemente também, como todas as vítimas de todos os espaços, de todos os lugares, mexe com a nossa sensibilidade, com a nossa solidariedade. Então, não dá para começar uma audiência no Complexo do Alemão sendo indiferente ao episódio ocorrido aqui no sábado, quando esse policial, que está em estado grave, foi ferido.

Também queria saudar os educadores da escola, professores, funcionários. Não sei se perceberam, mas boa parte dos professores, talvez todos, neste momento, está com camisa preta, está vestindo preto. Não é uma coincidência no Rio de Janeiro, tão quente; é um ato de solidariedade aos educadores do Paraná vítimas do massacre promovido pelo Governo de lá. *(Palmas.)* Então, toda a nossa solidariedade. Já nos pronunciamos sobre isso, e é importante que esse movimento se transforme em um movimento nacional.

Quero saudar todos os Deputados e Deputadas. No decorrer da audiência a gente vai citando... Quero citar a presença do Deputado Flavio Serafini, que é membro efetivo da Comissão; do Deputado Waldeck Carneiro, também da Assembleia Legislativa. Acho que não tem outro... Tia Ju está aqui, Deputada Estadual, também da Assembleia Legislativa do Estado do Rio.



Antes de a gente começar, eu queria passar a palavra à Diretora da escola, Tânia, porque ela tem um recado para vocês. Depois a gente começa na ordem combinada.

A SRA. TÂNIA MARA SALAZAR - Pessoal, primeiro, eu queria agradecer a presença a todos, porque uma das coisas que nos fortalece é a nossa união. E dizer que, pela primeira vez, a escola está gratificada por ser um elo; um elo de comunicação, um elo de procedimento, uma coisa importante que não deixa de ser um marco histórico para o benefício de todo o Complexo do Alemão.

Estou Diretora desta escola desde julho de 2009 — vou fazer 6 anos —, e uma das coisas fundamentais, na minha opinião, como profissional, é tentar elevar ao máximo a educação com prioridade para todos os nossos alunos.

É claro que quase todos conhecem esta escola aqui, mas, para os que não conhecem, esta é a verdadeira escola do Complexo do Alemão. Ela foi fundada em 1999, tem 16 anos, e aqui nós vivenciamos, desde então, a prioridade é a educação, para fazer com que cada aluno tenha um novo direcionamento.

É claro que, quando eu cheguei aqui, em 2009, vim pela Secretaria de Educação indicada, com vários projetos, porque a escola não se pronuncia apenas em sala de aula. A gente tem que fazer com que a coisa aconteça. Na época, nós só tínhamos 300 alunos. Com o apoio da minha chefia imediata, da Metropolitana III e da Secretaria de Educação, nós pudemos fragmentar, com todas as eficiências, esse compromisso de coisas novas para cá. Só que, no decorrer da pacificação, que, na verdade, foi acontecendo gradativamente, as coisas foram piorando para a escola, porque, na minha opinião, a escola tem que ser um espaço neutro; a escola é o elo de formação e tem que ser um espaço neutro.

Em 2011, veio a UPP.

Quero deixar bem claro para os policiais que nós não temos nada contra o policial militar. Nós sabemos que somos de Secretarias distintas, estamos aqui para fazer o nosso papel, só que em complexidades diferentes.

Quando a UPP veio pra cá, infelizmente, por estar no espaço da escola, a coisa foi acontecendo e os alunos foram se evadindo. Então, a evasão foi muito grande. Não é culpa, vamos dizer assim, deles ou nossa; é culpa do contexto. E em cima disso...



O que eu sempre procuro falar até com todos eles que já vieram a mim é que a convivência tem que ser respeitosa. Existem, com todo o respeito, os maus policiais, como existem também os maus professores, como existem também, em todo campo profissional, os bons e os maus. Mas a gente não está entrando nesse mérito. O que a gente apenas acredita é que ter o mesmo espaço para educação e segurança é uma coisa que nós ficamos no meio dessa complexidade toda.

A minha maior preocupação — e, graças a Deus, nunca aconteceu nada — é que se pudesse perder uma vida ou alguma coisa assim. Aí eu faço a pergunta: quem seria responsável? Quem seria a pessoa para responder por uma situação tão complicada, que não é a que nós não queremos?

Então, pela Polícia Militar, eu tenho o maior respeito. Só que realmente eu, como educadora, estando como gestora, tenho que ver a educação como fator número um. Então, da forma que a gente puder trabalhar isso pra com que a escola tenha os alunos com acesso... Porque a gente fica realmente numa situação muito complicada.

Quero agradecer a todos os Deputados. Quero agradecer à comunidade que veio aqui. Quero agradecer aos líderes, que sempre estiveram juntos com a escola, porque a função da escola é esta, é a integração da comunidade com a escola. Então é isso que a gente vai estar aqui sempre fazendo e tentando... Agradeço aos meus colegas do corpo docente, os 65 professores que estão aqui sempre lutando por uma educação de qualidade.

Então, muito obrigada mesmo a todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Tânia.

Eu quero também, por fim, agradecer aos vários defensores e defensoras públicas a presença nesta audiência aqui no Rio de Janeiro, eles que estão sempre presentes em todas as iniciativas no Complexo do Alemão e do Rio de Janeiro no que diz respeito às ações garantidoras dos direitos humanos. Obrigado à Defensoria Pública do Rio, um exemplo dos mais importantes a serem seguidos. (*Palmas.*)

Eu passo, de imediato, a palavra à Denize Moraes.

Como este não é um lugar feito para audiência pública — mas que bom que a gente conseguiu adaptar —, a visão pode ficar prejudicada. Então, eu vou solicitar



aos membros da Mesa que, na hora da fala, possam falar de pé, porque acho que facilita a visão.

Então, Denize.

A SRA. DENIZE MORAES DA SILVA - Bom dia! Para quem não me conhece, meu nome é Denize Moraes. Eu sou mãe do Caio Moraes da Silva, que era mototaxista aqui na comunidade. Foi alvejado a bala pelo policial Jefferson, também lotado aqui na Nova Brasília.

Eu não vim falar sobre violência. Hoje eu quero agradecer a oportunidade que nós estamos tendo, como família Complexo, de podermos ser ouvidos. Lamento muito por estar representando uma pessoa que gostaria muito de estar aqui.

Meu filho era amado por todos, querido por todos, e era um rapaz popular. Queria que esta comunidade crescesse, que tivesse o direito de falar e de ser ouvido. E há uma coisa que eu nunca vou esquecer. Eu sempre ensinei a ele que, quando fosse abordado, colocasse as mãos para trás e dissesse “senhor”, “sim, senhor”, “não, senhor”. Além disso, ele era filho de um militar da Marinha. Então, era uma coisa com a qual a gente já convivia.

O que me deixa mais triste é saber que aqui no Complexo as pessoas do Governo que poderiam me proteger me matam com bala nas costas. O que me deixa mais triste é que eu acreditei na pacificação. Eu não estou falando em termos de estar de um lado ou do outro. Eu estou do lado da paz. E hoje eu estou aqui representando várias famílias, inclusive as do Eduardo, Sr. Arlindo, D. Dalva, Vanessa. Não foi só o meu filho, mas várias pessoas que morreram, para a gente conseguir chegar aqui, neste dia.

Então, eu peço que seja revisto o projeto UPP. É um projeto que poderia ser melhor, mas ainda é um projeto. Então, eu espero que o projeto seja reformulado e que, realmente, as pessoas que vierem aqui tenham o objetivo de nos ajudar e não de nos matar, porque, para morrer, já basta a gente acordar e sair pelas ruas do Rio de Janeiro. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Denize.

Eu quero dizer que as falas precisam ser feitas assim. A gente precisa construir no Rio de Janeiro... Eu conversava com o Coronel Íbis, que é uma pessoa pela qual eu tenho profundo respeito — não vou dizer isso em ambientes privados,



faço questão de dizer isso em ambiente público —, e dizia que o que está acontecendo hoje aqui deveria ter acontecido desde o início, e talvez o caminho fosse diferente. Se isso fosse uma cultura construída do início, não um espetáculo militar, talvez tivéssemos um resultado diferente.

Muitas vezes, aqui, nós vamos ter falas que vão ser duras de serem ditas e de serem ouvidas, mas não há outro caminho para o Complexo do Alemão que não o da nossa maturidade para saber falar e para saber ouvir — de todos os lados, de todos os lados. Enfim, isto aqui não é um tribunal de justiça. Este é um espaço político, este é um espaço de uma audiência pública, e que tem que ser pública. Por isso, a prioridade é ouvir a sociedade civil.

Está dando para ouvir bem aí atrás? O som? *(Pausa.)* Vamos lá!

Com a palavra, Thiago Matioli, pesquisador do local.

O SR. THIAGO MATIOLI - Bom dia, gente. Eu sou pesquisador, e não necessariamente do local. Eu moro em Rocha Miranda e sou integrante do Instituto Raízes em Movimento.

Eu vou falar rapidamente aqui como pesquisador. Ao contrário do que alguns colegas pesquisadores pensam, o que a gente faz não é para dar resposta, é para gerar pergunta e para trazer umas perguntas que nos permitam entender as coisas melhor. Uma pergunta que eu estava me fazendo é: o que é violência?

Ontem saiu uma matéria no *O Dia*, que dizia que o Chapadão, na hierarquia da violência, é o novo Alemão. Quando a gente olha isso no jornal, parece que violência é uma coisa dada, que ela está na natureza, que ela não é um produto social. Mas alguém está sempre dizendo o que é violência. Nos esforços de tentar entender a violência, a gente, na busca das suas causas... Uma coisa que é muito recorrente é a relação entre violência e pobreza, para entender por que a violência existe. Mas há um professor chamado Michel Misse que vai dizer que a relação entre violência e pobreza é posterior à violência, porque a violência, tal como ela é construída, resulta na criminalização da pobreza.

Na semana passada, saiu também num jornal do Rio de Janeiro que foram presos dois jovens de classe média com 300 quilos de maconha. Então, quando isso sai no jornal, eles são geralmente de classe média. Se fosse qualquer um pego numa favela, num conjunto habitacional, com 300 miligramas, ele já seria tachado



imediatamente de traficante. Ano passado, se não me engano, em Minas Gerais, foi apreendido um helicóptero com 450 quilos de cocaína, e não se fala mais disso. Se fossem 450 gramas de cocaína aqui dentro, já seria traficante e já haveria motivação para recrudescer a ação policial aqui dentro.

O que a gente tem que perguntar nessa chave é: quem ganha com a construção da violência desse jeito? A gente já sabe quem perde. São homens, mulheres, na sua maioria, pobres, no caso do Rio de Janeiro, que moram nas favelas; sobretudo, jovens, homens, negros e moradores de favela. A gente já sabe quem perde. O que a gente tem que perguntar é quem está ganhando com essa perda. Enfim, na sociedade, a gente tem um jogo de economia de um a zero. Se alguém está perdendo, alguém tem que estar ganhando.

E, na chave de efeito de poder, também, da violência, coloca-se muito a questão de que o Estado está ausente desses territórios e de que a política de pacificação vai trazer o Estado aqui para dentro, o que não é bem a verdade. Isso implica uma visão muito restrita do que é o Estado. E uma das discussões que está sendo feita pelos *(falha na gravação)* do Complexo do Alemão é que o Estado não é só a polícia, tampouco a polícia vai ser a mediadora do diálogo entre essas comunidades e o Governo. Ela é uma possível mediadora, mas não é a única.

Só para finalizar, pegando uma fala também do fórum do ISER, de fato, essas vidas de jovens, negros e moradores de favelas, na sua maioria, são tomadas por bala. Mas, no Complexo do Alemão, a pacificação, do jeito que está... Lembro uma amiga daqui, que disse: *“Com o fechamento dos comércios, além de morrer de bala, os moradores vão morrer de fome, porque o trabalho deles está sendo retirado”*. Então, além da morte por bala, além da morte de fome, tem uma *(falha na gravação)* de controle social das vozes de quem sai daqui, dessas minorias, que está sendo negada. Assim, quando os moradores vão para a rua... Ano passado, *(falha na gravação)* dizer, inclusive, que aqueles moradores estavam sendo remunerados para estar na rua, porque a desqualificação da sua voz é muito forte. E a mesma coisa é a negação, lembrando o que o Freixo falou sobre a ação da polícia no Paraná e que a construção da violência vai gerar sempre a repressão policial e menos uma ação, talvez, pautada na inteligência.



Que o Estado esteja presente de um modo mais complexo — sem trocadilhos, e para encaminhar minha fala —, por uma pauta mais atual do Complexo do Alemão, já que a gente está falando de educação. E, no espaço de educação, a gente quer pedir o apoio também das autoridades que estão aqui para fazer uma cobrança à Prefeitura, para que a doação do terreno da UFRJ seja realizada. Se a gente não quer falar só com a polícia, tampouco o Estado está chegando agora, trazer um equipamento de educação para cá é muito importante, se a gente seguir essas perguntas sobre que violência é essa e quem ganha com ela.

Eu acho que é isso. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Thiago.

A fala do Thiago... Quem está presente... Eu já aproveito para começar a anunciar e agradecer a presença, também, de algumas pessoas representantes. Roberto Horta, que é Subprefeito, está presente. Agradeço a presença do Subprefeito. Seria interessante que o Roberto, Subprefeito, já agendasse com a gente uma conversa sobre o terreno para que *(falha na gravação)* possa aqui ter a parceria que a gente tanto deseja.

Então, é isso. Que a presença de cada um possa desdobrar em ações concretas, das quais o Alemão precisa tanto.

Obrigado, Roberto, pela presença. Temos muito o que fazer juntos.

Passo a palavra ao Udson, do Juntos pelo Alemão. *(Pausa.)*

Já quero dizer, Udson, antes de lhe passar a palavra, que esta audiência pública foi requisitada pelos moradores do Complexo do Alemão. Então, o seu formato — quem está falando, quem está na mesa, a pauta —, tudo foi organizado em construção conjunta com esses moradores do Alemão. É muito importante que isso seja dito, porque a legitimidade da audiência está em quem a organizou, que foram os próprios moradores.

Obrigado por tudo. *(Palmas.)*

O SR. UDSON FREITAS - Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de dizer a todos vocês que é muito bom ver a comunidade abraçando uma causa que não é de segurança, é de tudo o que nós precisamos e que nos é tirado todos os dias.



Eu anotei algumas coisas aqui, porque são vários pontos e eu não posso me esquecer dos principais.

O Juntos pelo Complexo do Alemão é formado por 17 grupos e 12 associações de moradores.

Primeiramente, eu gostaria de citar o caso do ISER pelo seguinte: não adianta a Prefeitura se manifestar, colocando terrenos que já têm outra finalidade, pois um dos terrenos que ela (*falha na gravação*) é um terreno para construção de casas de famílias que foram retiradas dos seus lares com a promessa... E estão, há 4 anos, recebendo aluguel social. (*Palmas.*) Esse terreno nós não queremos. Nós queremos um terreno próprio para a comunidade, mas que não tire o direito de outros moradores.

Outra coisa que eu gostaria de salientar aqui. Anos atrás foi-nos oferecido o Parque da Serra da Misericórdia. (*Falha na gravação.*) É uma questão muito importante, porque é uma área de mata que nós temos no Complexo do Alemão que segura as nossas encostas e que o Governo, simplesmente, depois de nos prometer essa área, esqueceu-se da promessa, foi embora e nada fez.

Outra questão: saneamento básico unificado. Não adianta só colocar manilha na rua. Isso não adianta e ainda está alagando as nossas ruas — está pior do que antigamente.

Agora eu vou falar basicamente de uma coisa que me incomoda muito. Na Constituição Federal, no art. 1º, § 3º, existe uma coisa a que todos nós temos direito, a dignidade humana, e que nós, aqui dentro, não temos. Isso nos é garantido na Constituição, que é a Carta (*falha na gravação*) do País. Então, eu gostaria de deixar bem claro aqui por que nós não temos esses direitos.

Agradeço a presença da polícia, mas são diversos os casos de denúncias que nos chegam. Eu vou citar apenas alguns. Uma senhora da Lagoinha, um pouco acima de onde Eduardo foi morto, denuncia que uns policiais já entraram na casa dela e a forçaram a fazer comida para eles. Uma menina de 10 anos, na Central, ao brincar no parque, que deveria ser para ela brincar apenas, desequilibrou-se e bateu a bicicleta no carro da polícia. O policial jogou a bicicleta dela no chão e pulou em cima, aos berros. Quando a mãe dela foi ver o que era, ainda foi ameaçada. Ao chegar à 45ª DP, simplesmente o policial disse que não via crime algum, que não



poderia registrar nada. E esse não é o primeiro caso. Já houve casos de jovens sendo agredidos, de a mãe subir com o jovem e, ao chegar lá, ouvir do policial: *“Desta vez ele só (falha na gravação). Da próxima pode ser pior”*.

São diversas denúncias que nos chegam. Eu posso passar todas elas para os senhores, depois. Mas o mais importante: não adianta a gente vir aqui tentar falar sobre educação, se os nossos alunos não podem chegar ao colégio, ou, se quando saem do colégio, não podem chegar em casa. Por quê? O patrulhamento de rotina sempre acontece no horário de trânsito escolar, ou seja, no horário em que os jovens estão indo ou voltando da escola, colocando-os como escudo no meio do fogo cruzado. Então, cadê a inteligência da polícia para agir? A inteligência é usá-los como escudo? Não pode ser.

Infelizmente, o que nós vimos aqui na frente do CIEP só mostra o que acontece nas nossas ruas: casas, igrejas, lojas, todas crivadas de balas. E isso sempre acontece no horário de maior movimento na comunidade.

Então, eu lhes digo claramente: estão errados! Se batem o pé e dizem que não vão sair daqui, que pelo menos troquem os policiais para ver se vêm pessoas mais humanas para cá, porque são seres humanos que vivem aqui. *(Palmas.)*

Eu não estou aqui protegendo um lado e a agredindo o outro. Eu cobro de quem eu ajudo a pagar o salário. Eu não cobro nada da outra parte, porque eles não tiram um centavo meu. Eu não dou um centavo para eles. Mas eu ajudo a pagar o salário e a munição que está matando meus vizinhos, meus amigos, senhoras, crianças. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

Eu não vou dizer também para os senhores que não confio na polícia. Eu não confio em alguns policiais. Eu, como cristão, ajudo a coordenar um retiro, e já tive na minha equipe policiais, pessoas de bem, de índole. Mas, como foi dito aqui, em toda classe existem os bons e os maus. Infelizmente, aqui dentro colocaram os maus e deixaram os bons de fora, na Zona Sul.

Nós não vemos a criminalidade só dentro da favela. Vá andar na Presidente Vargas, na Rio Branco, na Nossa Senhora de Copacabana. Há muito mais violência, pessoas sendo agredidas fisicamente — um senhor quase perdeu a vida com facadas! Então, coloquem lá! Coloquem lá!



Eu faço aqui um pedido: eu sei que vocês trabalham, que há pessoas acima de vocês, mas é impossível áreas de lazer da comunidade terem cabine blindada para os policiais ficarem lá dentro. Se uma criança vai jogar bola e começa um tiroteio, é ela que está sem blindagem nenhuma no meio das balas. Esse tipo de coisa nós não aceitamos. Como nós vamos deixar uma criança brincar, hoje em dia, aqui dentro?

Eu vejo aqui a Deputada Benedita, que foi (*falha na gravação*) Mangueira. Ela sabe que uma das marcas da favela é esta: as crianças brincarem soltas na rua. Se voa uma pipa, mais de dez crianças correm atrás. Aqui ninguém corre porque, se correr, toma um tiro.

Então, o que nossas crianças vão ter daqui a alguns anos, crescendo no meio de tiros, de agressões e revoltadas? Será que é o que o ex-Governador falou na rádio há alguns anos: que no Complexo do Alemão as mulheres eram fábricas de marginais? Será que é isso que estão tentando fazer? O Estado está tentando fabricar marginais aqui dentro, com essas atitudes? São coisas que nós não aceitamos.

Eu peço ao senhor, que é um comandante, que leve aos comandantes do senhor, principalmente à Secretaria de Segurança e ao Governador, que o que nós queremos é eles aqui, para ouvirem da comunidade o que a comunidade quer e precisa. (*Palmas.*) Não adianta eles colocarem os senhores aqui, porque os senhores estão como nós estamos na rua, estão sendo escudos deles. Nós somos os escudos dos policiais. Vocês estão aqui — desculpem-me a expressão — para tomar porrada no lugar deles. Nós estamos na rua para tomar porrada dos subordinados de vocês. Nós não aceitamos esse tipo de postura aqui dentro.

Então, eu agradeço a presença dos senhores, agradeço a presença dos Srs. Deputados, principalmente da Defensoria Pública, que tem nos apoiado muito. Mas, antes de terminar, eu só faço um pedido: se está dando errado, por que não repensar e mudar? Ninguém é dono da razão, nem nós nem vocês. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Udson.

Eu quero anunciar a presença da Deputada Martha Rocha, que preside a Comissão de Segurança Pública — e esta é uma audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Segurança Pública.



Obrigado, Martha, pela presença. E quero... O som vai falhar de vez em quando. Peço a compreensão de todos.

Antes de passar a palavra ao próximo, que é o Marquinhos, que está aqui do meu lado, há representantes de vários outros lugares aqui do Rio de Janeiro que fizeram questão de *(falha na gravação)*. Então, nós temos aqui a presença de moradores de Deodoro, Ubatã, Manguinhos, Chapadão, Pedreira, Acari, Rocha Miranda, Chapéu Mangueira, Maré. Muito obrigado pela presença de todos e todas aqui nesta audiência. *(Palmas.)*

Também aproveito para agradecer a presença de representantes da FAFE Rio, do FAN Rio, *(falha na gravação)*, do Observatório de Favelas, do Raízes em Movimento, do IBASE, de diversas associações de moradores aqui do Complexo do Alemão, fora os de Manguinhos e *(falha na gravação)*. Agradeço também pela presença de todas e todos.

Passo imediatamente a palavra ao representante das Associações de Moradores, o Marquinhos Pepé, sempre presente, sempre com a gente aqui também.

Obrigado, Marquinhos.

O SR. MARCOS VALÉRIO ALVES (Marquinhos Pepé) - Bom dia a todos e a todas.

Quero dizer que para a gente é muito gratificante a presença de todos vocês aqui, porque só assim a gente vai conseguir construir um Alemão melhor.

Eu estava sentando aqui agora e estava pensando que, outrora, aqui mesmo, neste espaço, houve a chegada da UPP no Alemão. Eu fui o primeiro presidente a receber os oficiais que chegaram aqui, que foram o Major Rodrigues, o Capitão Salgado e o Capitão... Caramba, esqueci o nome dele agora, mas eu vou lembrar depois. Com a chegada desses policiais aqui no Alemão, a gente tinha, todo mês, reunião periódica aqui na escola. As coisas no morro começaram a andar de uma maneira plausível e dava para conciliar Polícia Militar e morador do Alemão.

Por longo tempo, eu fui chamado, dentro do Morro, de Marquinho Pepé. Por que eu fui chamado de Marquinhos Pepé dentro do Morro? Porque eu fui o cara que recebeu os oficiais no Morro; eu fui o cara que articulou a primeira reunião aqui



neste CIEP com os moradores; eu fui o cara que implantou o primeiro projeto social dentro do Morro do Alemão, junto com a UPP aqui.

Naquela época, no começo, nós tínhamos comandantes sérios, que eram comprometidos com a vida e com o social dentro do Alemão. Hoje nós não temos mais isso, porque o nosso Secretário Mariano Beltrame... Nós temos que frisar e dar nome às pessoas, porque o responsável por tudo de ruim que hoje acontece dentro do Alemão é o Secretário Mariano Beltrame, com a conveniência do nosso Governador Pezão. Eles são responsáveis por tudo de ruim que acontece nos nossos morros e favelas, hoje, pacificadas e não pacificadas também.

Enquanto o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública não tomarem vergonha na cara — desculpem a palavra — e reverem esse conceito de segurança, as coisas não vão mudar, porque falam “precisa de escola na Maré”, polícia; “precisa de escola na Rocinha”, polícia; “precisa de projeto social no Alemão”, polícia. A polícia não está aqui para fazer projeto social, mas sim para garantir o direito de ir e vir de todos nós como cidadãos, e isso nos está sendo negado também.

Antigamente, no começo da UPP, sentados aqui eu e o Major Rodrigues, a gente pensava em baile de debutante para o Alemão; e hoje eu estou aqui novamente, discutindo segurança para os moradores do Alemão. Como a coisa *(falha na gravação)*.

Eu sou nascido e criado aqui no Alemão, todo mundo sabe disso. Moro há 47 anos na mesma casa, no mesmo lugar, na casa em que eu nasci, até hoje. E vi tudo acontecer no Alemão, tudo: tráfico, milícia, polícia. Eu vi de tudo no Alemão, de tudo.

Eu aprendi percussão com um policial do 16º Batalhão, que era aqui do DPO da Alvorada. E hoje eu fico indignado quando vejo, em morros e favelas que têm UPP — é o cúmulo! —, o Secretário de Segurança Pública fazer mudanças, tirar policiais sérios de dentro do morro e botar policiais duvidosos, porque tudo o que está acontecendo de ruim no Alemão começou com a troca de comando das UPPs do Alemão.

Quero ver quem pode dizer que eu estou mentindo, porque tiraram comandantes sérios daqui de dentro e botaram comandantes bandidos,



comandantes que tinham o caráter duvidoso e começaram a plantar essa semente ruim que está dentro do Alemão hoje.

Hoje nós temos três comandos dentro do Alemão. Eu falo em qualquer lugar, e nunca vou deixar de falar. Nós temos o Comando Vermelho, temos o Comando da UPP e temos bandidos travestidos de polícia dentro do morro, tentando implantar uma milícia, comprando, saqueando, assaltando morador. Esta é a realidade, hoje, dentro do Alemão.

Hoje, dentro do Alemão... No dia 17 do mês passado, às 4 horas da tarde, um morador (*falha na gravação*) da lotação foi abordado por oficial da UPP — não foi por soldado não, foi por oficial da UPP. Esse rapaz foi conduzido até a 45ª DP (*falha na gravação*) de baixos escalões. Chegando na delegacia, o comandante chamou esse rapaz de macaco. É racismo! Racismo é crime inafiançável. E o mesmo comandante que chamou o rapaz de macaco... E o rapaz apontou para o oficial e para o policial que estava dentro da 45ª DP, ele virou as costas e foi embora. Não houve nada. Vai haver, sim, uma audiência, dia 18 do mês que vem, lá no fórum de Olaria.

Uma moradora estava na porta da igreja, na Rua dos Coqueiros nº 31, limpando a igreja para o culto, e o policial saiu do carro, tirou a roupa, ficou pelado na frente da moradora. A moradora foi falar, ele disse que aquilo ali era uma favela. Ela foi à 45ª DP, que eu indiquei para ela ir, e não queriam fazer a ocorrência — com o número da placa do carro, com tudo. A moradora está aqui com tudo, para quem quiser ver. O rapaz que sofreu violência está ali em cima, para quem quiser conhecer esta realidade.

Eu tenho o meu projeto (*falha na gravação*) na Rua dos Coqueiros, tem morador aqui que sabe disso, todo mundo sabe disso, porque simplesmente o comandante da UPP Nova Brasília falou que ele é a lei no Alemão e deixou o meu projeto, com todas as minhas máquinas, com tudo que está lá dentro, preso. E eu não posso nem pegar a documentação para provar que tudo que está ali dentro eu ganhei em doação.

Eu sempre falei... E é bom você falar quando a pessoa está presente, e ele está aqui presente hoje, o comandante está aqui presente hoje. Mande dizer que



tudo que eu estou falando aqui hoje é mentira, mande dizer que tudo o que eu estou falando aqui não é verdade, que eu dou a minha cara para bater. *(Palmas.)*

Estou com 47 anos. Como eu falo sempre, já superei o que mostra o IBGE: negro, pobre e favelado não passam dos 16 aos 24 anos. Eu estou com 47 anos. Então eu superei o limite de idade dado pelo IBGE.

Eu posso falar o que sinto dentro da comunidade, porque não é admissível, em qualquer morro, em qualquer favela onde haja *(falha na gravação)* não há concordância. Nós precisamos de policiais sérios, precisamos de policiais comprometidos com a verdade.

Eu falo para os senhores: tivemos uma reunião há pouco tempo na Mangueira, na qual eu estive com o Major Rodrigues, que estava aqui presente. Aí você vai falar: *“Pô, Marquinhos, há policiais na UPP em quem você pode confiar hoje para discutir problemas do morro?”* Eu vou falar para vocês que há. Eu vou falar que há, porque o primeiro comandante que esteve aqui é um homem sério e ele me garantiu que, se eu fosse chamar as pessoas para conversar, eu poderia ir, que era homem sério, como o Coronel Laviano, que está aqui presente. O Major Rodrigues é um homem sério, o major que está doente, que fez uma cirurgia — esqueci o nome dele agora —, que é da coordenação, hoje, da UPP.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS VALÉRIO ALVES (Marquinhos Pepé) - Major Nogueira. O Major Nogueira é um homem sério.

Se houver mudança no Alemão, se tirarem essa corja que está dentro do Alemão hoje, infectando os nossos morros e favelas, estuprando, assaltando as nossas crianças, eu ainda faço projeto com a UPP. Mas se houver policiais sérios, comprometidos com a vida, porque nós precisamos de policiais comprometidos com a vida. Nós precisamos de policiais que respeitem o nosso direito de ir e vir, que não nos estuprem — desculpem-me a maneira de dizer —, que não nos assaltem, que não fiquem achacando os mototaxistas, que não podem trabalhar no pé do morro, que não fiquem achacando o nosso transporte alternativo, que não fiquem achacando os nossos comerciantes e fechando o nosso comércio. *(Palmas.)* Tivemos choque de ordem no morro para fechar comércio, porque simplesmente o



comerciante não quis fazer o jogo do policial. A verdade no morro, hoje, é esta. Esta é a nossa realidade.

Queria perguntar ao Secretário Mariano Beltrame e ao nosso Governador o que vai ser das outras UPPs que eles querem lançar no Chapadão, na Pedreira, se não estão dando conta nem dessas que estão aqui hoje, nem dessas que foram fundadas até hoje, o que é uma vergonha! Você sai daqui, você vai ao Engenho Novo, é a mesma pouca vergonha. Você vai ao Complexo do Lins, é a mesma pouca vergonha. É carro de polícia estacionado em área imprópria, onde morador não pode passar. É policial esculachando morador, esculachando criança, esculachando inclusive professores aqui da escola. O professor está subindo para dar aula, o cachorro está atacando-o, e ninguém fala nada. Os policiais não falam nada. (*Palmas.*) Esta é a realidade. Como é que pode haver uma base da polícia na escola se o policial nem impede os cachorros de morderem o professor que vem educar os alunos? Como é que pode isso?

Podem fazer a pesquisa. A maioria dos policiais sérios do Alemão está pedindo para sair do Alemão. Policial sério, hoje, quando passa por mim, abaixa a cabeça, não pode me cumprimentar, porque, se o fizer, vai ser perseguido pelos outros dentro do morro, porque eu falo a verdade. Esta é a realidade dentro do morro. Podem perguntar ao Comando se eu estou mentindo! Façam um relatório sério! Vejam se os policiais sérios do Alemão não estão saindo do Alemão! Vejam! Procurem saber! Esta é a realidade do Alemão hoje. Nem policial sério, gente, quer ficar no Alemão hoje, nem policial sério, infelizmente.

O Secretário de Segurança Pública e o Governador têm que ser responsáveis por tudo o que está acontecendo dentro do Alemão. E, se eles não forem processados por tudo o que está acontecendo de ruim, por todas essas mortes de morador, de policial, de inocente dentro do Morro, as coisas não vão mudar. Sabem por que não vão mudar? Porque é muito fácil o Secretário pegar a polícia, botar dentro da favela e, quando há uma bala perdida e morre um morador, o policial é que é punido. O Secretário não sofre nada, o Governador não sofre nada. E eles é que são os responsáveis. Os responsáveis por tudo se chamam Pezão e Mariano Beltrame. É deles que nós temos que cobrar, são eles que nós temos que



processar, são eles que nós temos que julgar por tudo de errado que está acontecendo nos nossos morros e favelas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Marquinhos. É importante essa fala pura, espontânea e verdadeira. Sem isso esta audiência não é pública, sem isso esta audiência não é pública. Obrigado, Marquinhos. A gente sabe que ele não está falando somente em nome dele, mas em nome de muitos e muitos. Mas a gente, aqui, precisa de representatividade. Obrigado, Marquinhos.

Passarei imediatamente a palavra aos professores da escola. Nós também queremos deixar claro — e eles certamente vão saber disso e vão falar sobre isso — que não temos problemas só nesta escola, mas evidentemente é visível que aqui o problema é muito mais agudo. Mas o problema que atinge esta escola também atinge outras, de outras maneiras. Como nós não podemos fazer uma audiência em cada escola, estamos fazendo nesta, mas evidentemente somos solidários com o conjunto de escolas que atendem o Complexo e que também passam por problemas muito sérios.

Então, chamo aqui o Matheus e o Guilherme, para que possam falar em nome dos educadores aqui. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME MOREIRA - Bom dia a todas e a todos os presentes.

Antes de mais nada, é importante colocar aqui que essa não é a minha posição pessoal. Isso não é resultado do meu arbítrio, da minha vontade. Isso é resultado de um processo coletivo de discussão entre os professores e professoras do CAIC Theóphilo de Souza Pinto, e é em nome deles que eu estou falando. Sou só um representante.

Em primeiro lugar, esta audiência pública está discutindo a questão da violência. Para nós — professores, professoras, funcionários, membros da Direção da escola, comunidade escolar, alunos—, a violência se expressa pela presença de uma base de apoio da UPP no pátio da escola. E é sobre isso que nós vamos falar aqui.

É importante dizer que, desde a instalação da base de apoio da UPP, nós temos uma série de dados que comprovam o processo de precarização, de



agudização de vários problemas, de criação de muitos outros problemas, e nós vamos citar cada um deles aqui.

O primeiro deles, que é o que fere mais o direito à educação, é o fato de se gerar uma sensação de insegurança tenebrosa. Como consequência disso, os nossos alunos, de forma drástica, vão abandonando a escola, e nós compreendemos o porquê. Mas nós não vamos nos acostumar com isso, nós não vamos nos acostumar com esses dados.

Então, antes da base da UPP, nós tínhamos aqui na escola mais de 1.400 alunos. Depois da instalação — os dados estão aí, são reais, qualquer um que quiser vir à escola vai ter acesso a eles —, passaram a ser 700 alunos. Então temos uma queda: a metade do que nós tínhamos antes. Esse é o primeiro dado. É claro que esse que eu acabei de citar é consequência do segundo.

Segundo: a presença da base da UPP no pátio da escola põe em risco a vida de todas as pessoas que estão aqui, e educação é vida, não é morte. Nós também não vamos ser coniventes com esse processo.

Terceiro dado: vários de nossos alunos que estudavam aqui moram no entorno da escola. Eu, como professor do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, posso provar. É triste chegar à escola e ter que cumprimentar centenas de alunos que moram aqui do lado, mas que, por conta da presença da UPP, decidem sair da sua comunidade, e muitas vezes são obrigados a pegar condução. A gente sabe que o RioCard não chega para boa parte dos alunos, que têm de tirar dinheiro do bolso para pagar passagem. Devido à presença da base da UPP, muitos têm que sair do seu local de moradia, onde há uma escola de três turnos, que deveria ter uma infraestrutura sensacional. São obrigados a sair daqui e se deslocar para outros lugares.

Quarto dado: nós não temos somente evasão de alunos, nós temos também evasão de professores. Os professores estão sofrendo com a presença da base da UPP, assim como todos os estudantes. Muitos deles decidiram sair; e quando não decidiram, tiveram que sair por conta do esvaziamento da escola. E a solução que a Secretaria de Educação dá é fechar as turmas. Por isso, obriga os professores a sair. Alguns saem com transtornos psicológicos, porque não se sentem à vontade, sentem-se inseguros de trabalhar nesse ambiente de extrema hostilidade.



É importante dizer que, ao contrário do que muitos colocam por aí afora, a hostilidade não vem dos nossos alunos, porque esses são dignos, trabalhadores, enfrentam uma série de problemas. A hostilidade vem da presença da UPP na escola. (*Palmas.*) Como consequência, muitos professores tiveram que se retirar desse espaço, infelizmente, precarizando ainda mais o processo de ensino-aprendizagem, deixando o estudante sem professor.

Além disso, a base da UPP faz da escola alvo permanente, e as marcas de tiros que estão nas paredes, nos vidros, no quadro em que a gente escreve para dar aula estão ali para provar tudo isso que eu estou dizendo. Além disso, constantemente nós temos que paralisar as nossas atividades, deixando os nossos alunos sem aula, também por conta da situação de iminente conflito ou de conflito concreto.

Nós temos danos graves à infraestrutura da escola. E que contradição, porque o tiro que atravessa este céu e atinge a janela e quebra aquele vidro não é de responsabilidade nossa. Mas a METRO, a Secretaria de Educação, que deveriam estar aqui para cuidar, dar tratamento a esse problema, não estão. E mais: cobram que os vidros sejam consertados. E a gente sabe que, por exemplo, na passagem de 2014 para 2015, todas as escolas da rede estadual ficaram sem verba. Como é que consertam o vidro, se não têm verba?

Mais um dado: nós, professores, estamos organizados há algum tempo. Como consequência dessa organização, nós nos juntamos, reunimos uma série de documentos e fizemos uma espécie de dossiê. Fomos, 20 ou 21 professores, até a METRO entregar esse documento. Constam nele não só as fotografias de todos os danos à infraestrutura da escola, mas também vídeos de ameaça a professor no exercício da sua profissão e a estudantes que estavam fazendo trabalho no pátio da escola, filmando a escola, para abordar, inclusive, o problema da violência do seu trabalho, porque aqui a gente discute a nossa realidade também.

Entregamos esse documento, queríamos uma resposta, o Diretor da METRO, Prof. Alan, ficou com a incumbência, com a responsabilidade de nos responder em no máximo 3 dias. Disse que estaria pessoalmente, no dia seguinte, com os secretários. Estamos até hoje aqui esperando essa resposta.



Aqui há representantes da Secretaria de Educação. Seria importante que nos dessem essa resposta, porque nós estamos aguardando-a. Que fique bem claro que nós, professores, estamos empenhados em fazer o possível para tirar esse monstro daqui do pátio da escola, porque é incompatível (*palmas*) a presença da polícia na escola, que se materializa como base de apoio à Unidade de Polícia Pacificadora, com o processo de educação. É incompatível! Não há possibilidade!

Então, Governo do Estado, Secretaria de Segurança, Secretaria de Educação, Pezão, Antonio Neto, Mariano Beltrame, nós queremos a resposta, e vocês vão ter que nos dar. Ou é a escola ou é a UPP, porque as duas juntas não é possível! Não é possível! (*Palmas.*)

A escola sangra. A escola está morrendo aos poucos. Eles não exploram esse assunto, para depois dizer que a responsabilidade é do professor que não deu conta, do funcionário que não deu conta, da direção que não deu conta. Mas o responsável por esse problema, especificamente, não é a comunidade escolar, é o Governo do Estado. Eles é que têm que fazer alguma coisa para tirar a UPP daqui, porque é isso que nós queremos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MATHEUS MENDES - Bom dia. Eu sou professor também, mas falarei aqui em nome dos alunos; na verdade, em nome do Grêmio Estudantil. Sou professor, mas falarei em nome dos alunos. Os alunos poderiam se manifestar, mas vieram até nós para pedir que a gente falasse por eles. Eles escreveram isto aqui em nome do grêmio. Eu vou apenas reproduzir. Não falo em nome deles, mas por um pedido deles.

Eles não estão aqui. Vocês podem obviamente deduzir o porquê: a presença da UPP, infelizmente, não permite que o ambiente da escola e o ambiente da audiência pública sejam neutros. E é preciso, para resguardar a segurança dos alunos, um ambiente neutro, onde eles possam se expressar livremente.

Em função de eles não poderem estar aqui, eu vou falar, vou ler o que eles escreveram:

“Bom dia. Em nome do grêmio estudantil, representando os alunos da Escola CAIC — Theóphilo de



Souza Pinto, agradecemos a atenção de todos os presentes.

Dentre muitos problemas que existem na comunidade, um se destaca nessa região: a queda drástica do número de alunos devido à sensação de insegurança — não só dos alunos e seus responsáveis, mas também de muitos professores.

Entre os demais confrontos que ocorrem na região, a escola vem sofrendo sérias consequências da má localização de uma das bases de apoio à UPP, situada nas dependências do território escolar. O prédio da escola não pode ser afetado de nenhuma forma.

Queremos deixar claro que o nosso objetivo é reestabelecer a paz no nosso ambiente de estudo, trazer de volta os projetos que perdemos e até trazer novos, para que a escola seja um território neutro, assim como foi há 3 anos. Isto é, a escola já foi um ambiente neutro e agora, infelizmente, não é mais.

Queremos recuperar isso, não só professores, mas — como fica claro pela carta dos alunos — também alunos e a comunidade escolar em geral.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Agradeço aos educadores. Agradeço também aos alunos do grêmio. Quero deixar claro que nós nos reunimos e conversamos com os alunos do grêmio. A palavra estava garantida para eles. A opção de não falar aqui — e nós entendemos — é do próprio grêmio da escola, mas está lida aqui a mensagem. Esse é o assunto tratado, conforme combinamos na organização desta audiência.

Nós vamos passar a palavra aos representantes do Estado. É muito importante que a gente consiga ouvir do início ao fim. A audiência está transcorrendo dentro de um horário razoável, mas é importante que a gente fique até o final.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Qual é o nome da senhora?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Vamos resolver isso agora. A Sueli está se queixando da Prefeitura.

O Subprefeito está aqui agora. Ele vai atendê-la agora.

Venha cá, Subprefeito, atenda ela aqui. *(Palmas.)*

Mari, leve ela para ser atendida ali, porque a gente precisa continuar a audiência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - O.k., mas para que a gente não pare a audiência.

Eu acho ótimo que a Prefeitura trabalhe. Obrigado ao Subprefeito. Não é a situação mais confortável, mas, enfim...

Eu queria solicitar aos alunos que se sentassem aqui. Há uma série de cadeiras. É importante ocupar esse espaço. Sei que vocês estão aí atrás. Os alunos do grêmio podiam ajudar a gente a organizar aqui. Vamos lá!

Então, dando continuidade, nós, Deputados, vamos falar no final. Eu vou falar, a Deputada Martha Rocha vai falar.

Nós vamos ouvir agora os representantes do Estado — Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e o Comando da Polícia Militar. Antes — eu acabei de receber uma informação —, há um morador que sofreu uma situação específica e me pediu a palavra por 5 minutos. O bom senso apela.

Então, por favor, Zen, fale.

O SR. ZEN FERREIRA - Bom dia a todos, a toda a bancada, às autoridades presentes.

Humildemente, eu venho aqui expor, falar em nome da comunidade do Complexo da Penha, do Complexo do Alemão e adjacências.

No dia 6 de abril, eu fui agredido. Infelizmente, eu levei um soco na cara de um policial do BOPE, por ser negro e porque eu estava cuidando dos meus colegas mototaxistas. Eu sou uma pessoa instruída, falo dois idiomas, sou escritor, produtor e estou sendo impedido de exercer o meu direito de ir e vir.



Eu gostaria de saber que tipo de pacificação é essa? Você apanha primeiro; depois pedem seu documento. É inadmissível eu, sendo também filho de um praça — eu não tenho vergonha nem medo de dizer — apanhar covardemente. Depois que viu toda a minha documentação, ele me abraçou e simplesmente pediu desculpa. Falou: *“Eu tenho problemas também. Você sabe que entrar aqui não é mole”*. Se ele tem problema, tem que se tratar, pedir. *(Palmas.)*

Eu pergunto para todos esses jovens que estão aqui: cadê o nosso direito de transitar dentro da nossa comunidade, onde nascemos e fomos criados? Tenho orgulho de dizer: meus pais criaram dez filhos nesta comunidade. E todos têm sua profissão. Nunca usei droga, nunca bebi e me senti, sendo um filho de praça, envergonhado. Na hora, eu chorei, chorei Deputada Benedita, chorei não de medo, mas de vergonha de saber que, dentro do meu País, eu estou tentando buscar o patriotismo.

Será que eu vou ter que ir embora do meu País para poder ter a liberdade de andar? *(Choro.)* Será que eu vou continuar a apanhar porque eu sou negro? Foi um branco que me bateu, porque ele não esperou eu me identificar. Eu vou ter que ficar passando essa vergonha, essa humilhação? Que Governo é este, que nós contribuímos com nossos impostos para apanhar? Será que toda vez que eu vir o BOPE eu vou ter que correr?

Eu não sou bandido. Eu sou uma pessoa trabalhadora. Eu não mereço isso. Ninguém aqui merece isso. Temos o nosso direito de transitar nesta comunidade, porque só Deus pode tirar nossa vida. Agir com punho de ferro não vai educar, não vai edificar ninguém. Soco e tapa na cara não vão formar ninguém, vão formar o lado da violência no nosso País! *(Palmas.)*

Como é que os senhores querem que a comunidade abrace a Polícia? Nunca! Desse jeito, está trabalhando ao contrário. Está trabalhando para o Robin Hood!

Então, eu peço justiça, neste exato momento, respeito com as pessoas de bem, porque eu sou uma pessoa de bem, como há muitas aqui, que são profissionais liberais e moram dentro da comunidade, porque não é vergonha morar na favela. Eu tenho orgulho de morar na favela!

Em outubro, eu vou representar meu País em uma universidade nos Estados Unidos — eu vou falar o quê? Eu vou falar o que do BOPE? Eu perdoo o que ele me



fez, porque ele não sabe... Talvez a mãe dele não o tenha criado para ser esse tipo de pessoa que é. Será que o filho dele vai considerá-lo herói ou vilão? Será que o filho dele vai ficar satisfeito em saber que ele bota uma farda para denegrir e humilhar as pessoas à noite?

Então, eu peço encarecidamente à bancada: a comunidade tem que ser respeitada, porque todo o mundo aqui tem direito de ter o melhor, de ter oportunidade. Foram 30 anos de abandono desta comunidade. Por 30 anos o poder público nos deu as costas. Esta comunidade não vai se transformar da noite para o dia. Falta muita coisa para ser colocada, implantada. O povo daqui necessita de liberdade, oportunidade de estudar.

É o que a gente vê na televisão: quando acaba, os verdadeiros vão para casa de pulseirinha construir os seus milhões, e o povo daqui necessita de saúde. O hospital é precário. Não venha me dizer que a Clínica da Família ou a UPA têm dentista, porque não têm. É o meu projeto que faz isso aqui. Eu provo que não tem. Não tem! Tem auxiliar.

Eu não vim aqui para botar a polícia contra a parede — nem ninguém. Eu só vim relatar, como homem, o soco que eu tomei na cara. E não tenho vergonha de dizer, porque eu sou cidadão brasileiro e não desisto nunca do meu País. Fui humilhado, minha autoestima foi lá no chão.

“Para de chorar, pega a camisa pra secar seu sangue”. Falei: “Como você quer que eu pare de chorar? Você me humilhou”. “Pô, mas você é homem”. “Eu sou homem. Sei que eu sou homem, mas não para ser humilhado dessa maneira. A sua instituição é essa. Você aprendeu isso no CFAP”.

Quer dizer que nós contribuímos com nossos impostos, para pagar o salário dele, para ele dar um soco na minha cara e na cara de vocês! Não é justo! Então, a gente tem que falar. Não tenho medo. As pessoas falaram: *“Pô, você vai falar? Está condenado à morte”*. Condenado à morte por quê? Eu contribuo com o Estado, Deputado Marcelo. Eu sou contribuinte, eu estou aqui, eu represento, eu trabalho para a humanidade. Vários comandantes das UPPs me conhecem, sabem do meu trabalho dentro da comunidade, sabem da minha índole, têm meus números de telefone. Se falar um monte aqui, eles vão dizer. A esposa do Secretário sabe do meu trabalho, do Dentista na Favela.



Eu estou aqui mesmo só para colocar isso para vocês e dizer: lutem pelos seus ideais. Não importa a sua cor, a sua opção sexual. Não importa! Lute, porque você tem direito.

Com licença e bom dia para todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Zen.

Em termos de encaminhamento, o Zen citou o caso dele mesmo, mas o Marquinho, os professores, o Udson e outros que falaram aqui citaram outros casos. É muito importante que todos esses casos que estão sendo aqui relatados sejam documentados. Eu não sei se todos esses casos foram encaminhados, por exemplo, à Defensoria Pública, à Comissão de Direitos Humanos, à Secretaria de Assistência Social, à própria Polícia Civil. Enfim, é muito importante que todos os casos aqui citados sejam encaminhados, para que a gente possa documentar, para que a gente possa acompanhar o desdobramento de cada um, porque, senão, este vai ser um momento importante de desabafo, de fala, mas a consequência não será possível.

Então, Zen fala diretamente, porque é a pessoa com quem o caso aconteceu, mas há outros aqui citados. No final da audiência, seria importante que pudéssemos procurar quem aqui citou e sabe desses casos para organizá-los e documentá-los nos lugares devidos. É só um encaminhamento.

A gente sabe que as pessoas têm medo; por isso, muitas delas não querem falar aqui. E, é evidente, se as pessoas não quiserem denunciar, não quiserem formalizar a denúncia, elas têm esse direito, mas nos cabe estimular que isso aconteça para que possamos cumprir o nosso papel.

Passo a palavra à Sra. Rosana Mendes, da Secretaria de Educação.

A SRA. ROSANA MENDES - Primeiro, bom dia a todos e a todas. Eu estou aqui representando a Secretaria de Educação, em nome do meu Secretário Antônio Neto, que não está aqui neste momento porque já havia se comprometido a ir a uma reunião com diretores na Regional Metropolitana V, em Caxias.

Heloísa Werneck, da Assessoria Técnica de Saúde e Bem-estar está me acompanhando aqui hoje e também a Profa. Elizângela, que é diretora da Regional Metropolitana III.



A nossa participação, neste momento — até para reiterar o que o Deputado Freixo acabou de falar —, é para que possamos encaminhar o que for deliberado neste fórum. Aquilo que for consenso, que for discutido e amadurecido será encaminhado pela Secretaria de Educação, junto às demais Secretarias e junto ao Governador.

Eu queria aproveitar para falar, inclusive respondendo a algumas falas no sentido da revisão da política de pacificação, que este ano o Governador implementou por decreto a Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação. A nossa primeira ação vai se dar na UPP São João. O que significa essa ação? É um processo de articulação entre todas as Secretarias de Estado para que possamos, de fato, promover a ocupação de direitos nas comunidades e nos territórios pacificados. Até então, o que chegou foi a polícia.

A partir da Comissão, a ocupação começa a se dar por promoção de direitos nessas comunidades, exatamente para que a nossa presença possa reverter esses episódios de violência que acabam por se transformar em desvios e distorções do direito à segurança, que é um direito humano fundamental, do acesso à Justiça e do acesso a outros direitos, que é o que precisa prevalecer nesses territórios.

Então, eu sou representante da Secretaria de Educação nessa Comissão, junto com Andréa Sepúlveda. Nós estávamos aqui falando do tamanho do nosso desafio. Não é um desafio pequeno, mas é um desafio que nós vamos continuar abraçando porque acreditamos que é possível mudar, que é possível implementar uma cultura de paz, porque as populações que residem nesses territórios precisam ter dignidade como premissa do seu primeiro direito, que é o direito à vida.

Então, a Secretaria está aqui neste momento para acolher e encaminhar o fruto deste fórum, desta audiência pública, para podermos encaminhar juntamente com as demais Secretarias.

Gostaria de aproveitar para falar com os professores sobre o dossiê. Eu vou procurar saber para onde foi esse dossiê. Ao chegar à Secretaria, eu quero ter acesso a ele. E quero, quando acabar esta audiência, conversar com os alunos do grêmio, para que possamos encaminhar, pela Secretaria, o que for possível já neste momento junto aos professores e à comunidade escolar aqui da escola.



Então, o caminho é longo, mas nós vamos fazer esse caminho juntos. O desafio é grande, mas nada que, juntos, não possamos resolver e, da melhor maneira, tratar com a população aqui do Alemão. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Rosana.

Passo imediatamente a palavra à representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Andréa Sepúlveda, Secretária que está sempre presente em todas as audiências conosco e que é presença das mais importantes hoje aqui. Obrigado, Andréa.

A SRA. ANDRÉA SEPÚLVEDA - Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Marcelo, pela deferência.

Para aqueles que não nos conhecem — é importante que vocês nos conheçam —, a nossa matéria é direitos humanos. Somos a Subsecretaria de Direitos Humanos, que integra a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado. Eu hoje aqui represento a nossa Secretária Teresa Cosentino, que só não pôde vir porque tinha um compromisso inadiável, mas que está sempre à disposição também, como disse a Rosana, para vir, ouvir as demandas e apresentar respostas para todo o tipo de violação de direitos humanos.

Por que eu disse logo de início que a nossa matéria é direitos humanos? É importante que todos conheçam esse órgão de direitos humanos na estrutura de Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nós temos uma série de funções que passam muito pela formulação do que deve ser uma política estadual de direitos, mas uma função muito importante que nós temos é a de dar resposta estatal àquelas pessoas que sofreram violações dos direitos humanos.

Alguns podem questionar se isso deveria estar, ou não, no Estado. Nós entendemos que tem de estar no Estado, porque violações dos direitos humanos acontecem pela mão do Estado, por definição. Então, nós temos acompanhado — Zen, eu me coloco à disposição — e, como o Deputado falou, é importante que as demandas cheguem a nós. Temos acompanhado a família do Eduardo, a D. Terezinha, o Sr. José muito de perto; a família da Elizabeth, o Sr. Carlos.

Isso não vai resolver, pois nada cura a dor de uma violação dessa monta, que chega à morte, mas nós pretendemos entregar a essas pessoas que foram vítimas de algum tipo de crime ou violação tudo o que o Estado puder entregar. E o



Governador tem estado próximo também a nossa Subsecretaria nesse sentido. Ele compreende a necessidade de que se dê uma resposta estatal.

Além disso, nós temos a obrigação, o dever de procurar prevenir violações de direitos humanos, porque o ideal é que tenhamos comunidades que não tenham que sofrer mais isso. Tudo isso que estamos falando aqui hoje nos diz respeito, porque nós procuramos compreender, a partir da fala de vocês, onde estão os maiores problemas e de que forma nós podemos sobre eles incidir.

Não adianta nós tentarmos fazer sozinhos, porque, se fizermos isso, nós seremos ineficazes. Não dá certo. Tudo o que se faz, tudo o que se pensa sozinho não dá certo. Então, nós estamos aqui para entender o que vocês querem. Isso é muito importante. Uma audiência pública é um espaço essencial.

No âmbito da CEMAP, que é essa Comissão de Monitoramento formada recentemente pelo Governador, nós temos essa consciência de que isso é necessário e nós vamos procurar ouvir as pessoas sempre, porque, a partir do diálogo, é que nós compreendemos o que vocês querem.

Mas, além disso, nós entendemos que a mediação de conflitos previne violência. Nós precisamos implementar em todas as comunidades um espaço de interlocução para que, por exemplo, questões como o mototáxi, ou o baile *funk*, ou, enfim, outra questão que possa gerar conflito possam ser mediadas antes de qualquer violência. Nós acreditamos muito no diálogo, muito na mediação e pretendemos implantar o que nós entendemos ser um espaço neutro, que é um espaço de direito, que se chama Casa de Direitos. Vamos ver se nós vamos conseguir fazer essa prevenção de conflitos logo ou mais rapidamente possível e, assim, conseguirmos de fato focar na pessoa, que é o bem maior, na liberdade, na vida e em todos os direitos que cada ser humano tem. Estamos muito esperançosos de que isso seja possível.

Então, estamos, mais um vez, à disposição para lutar pelos direitos de cada um de vocês, para receber eventuais denúncias e para irmos juntos rumo a uma solução que seja muito mais definitiva. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Andréa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Daqui a pouquinho.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Permito. Mas daqui a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Eu vou deixar você falar, mas vamos ouvir primeiro os que estão inscritos. Você vai falar, mas espere um pouquinho. Sente-se aqui na frente.

Eu peço ao pessoal que está na porta que evite conversar, porque, como o som aqui na frente já não é dos melhores e o espaço é muito aberto, prejudica muito a audiência a conversa paralela. Sei que é de interesse de todos, que há muita coisa para ser dita, mas eu queria pedir para que evitassem a conversa aqui perto, por favor.

Eu vou ouvi-la daqui a pouquinho. Vamos só continuar audiência, por causa do horário de quem está marcado aqui.

Eu quero fazer um apelo. Essa minha fala deveria ser ao final, mas será muito rápida. Além de agradecer a presença à Secretaria de Educação e à Secretaria de Assistência Social, tanto a Andréa como a Rosana que estão aqui presentes, quero dizer que as duas Secretarias são muito importantes neste momento, porque são espaços de mediação, são espaços de diálogo.

Não é possível — não é possível — que os problemas do Alemão continuem sendo tratados como problemas de polícia. Não é possível que a polícia continue sendo o único instrumento presente para mediar um conflito do qual ela faz parte, no qual está presente. Então, a mediação desse conflito precisa ser feita por outro ator, e é muito importante que a Secretaria de Educação e que a Subsecretaria de Direitos Humanos assumam esse papel.

E a proposta que eu quero fazer a todos os movimentos sociais que ajudaram a compor esta audiência é que já pudéssemos sair daqui com uma data para uma reunião do coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão, Udson, com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Assistência Social, juntos, para que tivesse a abertura de um outro fórum, de um outro espaço de debates sobre os problemas do Alemão, inclusive os problemas de segurança pública. É evidente que Assembleia vai continuar, mas que o espaço de mediação com o Governo não seja só através da polícia; que isso pudesse ser um resultado concreto desta audiência pública. Que



saíamos daqui com uma data, para esta semana ou para a semana que vem, de uma reunião com o conjunto de movimentos sociais do Complexo do Alemão com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Direitos Humanos, para que pudéssemos pautar os problemas aqui tratados. Então fica já algo concreto desta audiência.

Passo a palavra ao Coronel Íbis, representante da Polícia Militar, e ao Coronel Laviano. Quanto à ordem das falas, fiquem a vontade

O SR. ÍBIS SILVA PEREIRA - Boa tarde a todos e a todas. Eu tenho 32 anos de polícia — 32 anos de polícia — e confesso a vocês que hoje, ao chegar aqui, entrar na sala da Diretora Tânia e perceber que a Diretora tem que disfarçar os buracos de tiros de fuzis com borboletas, e ao ver a fachada dessa escola, que não é só o local onde a gente senta para aprender coisas, mas é o futuro... Você encontrar o que poderia ser o futuro deste País perfurado de tiro de fuzil é realmente muito doloroso. O que eu gostaria de falar aqui nesta manhã não são vocês que têm que ouvir, portanto, eu vou poupá-los disso.

Mas aqui eu creio que existe uma questão que atravessa tudo o que está sendo falando aqui, que é um grande nó com o qual convivemos há mais de 30 anos. Desde o final da década de 70, este País passou a optar pela guerra como forma de enfrentar a questão das drogas. Nós saímos de uma guerra, uma guerra que se declarou aqui no início dos anos 60 contra a subversão, que é, como se dizia na época, os inimigos do sistema capitalista de produção, porque aqui também há uma questão de guerra se classes, de luta de classes, que insistimos em escamotear.

Então, nós saímos dessa guerra e, quando este País reencontrava a democracia, se é que efetivamente a reencontrou, nós automaticamente ingressamos em outra guerra. Nós trocamos o inimigo, o garoto que queria se insurgir contra a desigualdade — porque o sistema capitalista se fundamenta nela — , nós trocamos esse inimigo por outro: o traficante de drogas.

E há mais de 30 anos a resposta que temos dado para enfrentar a questão das drogas tem sido a guerra, com tudo de ruim que a guerra produz, não apenas essa violência que enxergamos e que traduzimos em números: a cada 10 minutos, uma pessoa é assassinada no Brasil. A cada 10 minutos! Façam a conta do número de pessoas que já morreram nessas 2 horas em que nós estamos reunidos aqui.



Então, é preciso desarmar esse nó, entender que é possível enfrentar a questão das drogas que não seja empurrado para dentro das favelas servidores públicos que têm uma média de idade de 26 anos — essa é a média das pessoas que entram para a polícia: 26 anos de idade! E 80% das pessoas que entram para a PM são negros e são pobres — 80% são negros e são pobres! Há mais de 30 anos essas pessoas têm sido transformadas em máquinas de guerra, porque não conseguimos compreender que é possível enfrentar a questão das drogas que não seja através da guerra.

Porque a guerra faz uma outra violência, uma grande violência, com todos aqueles que estão nela, que é embrutecer as pessoas, que é alterar os seus marcos morais, o seu sentido de certo e errado. A guerra faz isso. A guerra embrutece, brutaliza, desumaniza. A guerra tem feito isso conosco também.

A polícia tem sido, nesses últimos 30 anos, vítima e também vitimizadora de uma guerra atroz, imbecil, desumana, que nós precisamos desfazer. Afinal de contas, nós queremos ser um Estado Democrático de Direito. Ainda não somos, estamos caminhando nessa direção.

Eu acredito que, se o Estado Democrático de Direito tem um futuro, o futuro é esse aqui. Segurança é direito, não é apenas uma questão que tem de ser definida nos gabinetes, não é apenas uma questão técnica; é uma questão, sobretudo e principalmente, política. E o fórum é esse aqui.

Eu quero também aproveitar — eu sou chefe de gabinete do Comandante-Geral hoje — para pedir desculpas pelos excessos cometidos aqui, pedir desculpas a você, Zen (*palmas*) e dizer: nenhum policial é educado, é formado para dar soco na cara de ninguém. Nenhum, nenhum de nós tem esse tipo de formação — o que não impede, apesar disso, que esse tipo de desmando aconteça na prática. Então, eu quero pedir desculpas por isso e dizer que nós estamos empenhados no sentido de repensar o processo de pacificação, que tem sido conhecido por essa expressão. Eu não tenho dúvida nenhuma de que há aqui, talvez, um excesso daquilo que se pode esperar da polícia definitivamente.

Eu conversava com o meu amigo Udson aqui, que eu descobri ser o meu irmão de fé. O livro do profeta Isaías diz que o fruto da justiça é a paz. Eu acho que, se ela ainda está um pouco distante do nosso horizonte, talvez seja, no fundo, isso



que esteja a faltar neste País: justiça — sobretudo, justiça social. Porque, desde que fizemos uma República — e isso já foi dito inclusive por um Presidente que tivemos —, as questões sociais têm sido tratadas como questões de polícia. E, por isso, quase invariavelmente, elas têm redundado em fracassos retumbantes, como esses com os quais a gente esbarra.

Mas nós estamos empenhados nessa mudança, estamos abertos a sugestões e dispostos a participar de qualquer tipo de debate que possa contribuir para transformar essa realidade de vocês, que é, podem ter certeza disso, muito dolorosa para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Coronel Íbis. É muito importante, neste momento, essa capacidade de escuta, essa fala — que queremos sempre que se desdobre na prática cotidiana desse relacionamento.

Quero, ao final da audiência, fazer uma proposta concreta à Polícia Militar no que diz respeito ao prédio e à escola, para que tentemos sair daqui com algo também bastante concreto em relação a isso — já conversamos antes da audiência — e alguns encaminhamentos.

Passo agora, de imediato, a palavra aos representantes da CPI do Congresso Nacional, que é uma das CPIs mais importantes — e eu costumo dar muito valor à CPI. Acho que é um instrumento tão poderoso que não deveria ser banalizado. Mas essa CPI trata da violência contra jovens negros e pobres. Então, sem dúvida alguma, se há um assunto que deveria ser alvo de uma CPI é esse. E, de forma muito correta e muito carinhosa, os membros dessa CPI, membros de outros Estados, inclusive, vieram ao Alemão, vieram à audiência pública, estão desde o início participando.

Então, eu quero passar — evidentemente, eu não tenho condições de passar a palavra a todos eles, mas faço questão de ler o nome dos que estão aqui presentes: A Deputada, daqui do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, a Bené (*palmas*); o Deputado Jean Wyllys, que teve de sair, mas estava aqui, e tem uma audiência daqui a pouco na Assembleia Legislativa (*palmas*); a Deputada Rosângela Gomes, que vai falar e é Relatora da CPI (*palmas*); o Deputado Celso Jacob, também do Rio de Janeiro, que está aqui e foi um dos primeiros a chegar — saiu,



mas estava aqui presente (*palmas*); o Deputado Reginaldo Lopes, que é o Presidente da CPI, está aqui ao meu lado, e vai ser o próximo a usar a palavra (*palmas*); o Deputado Delegado Edson Moreira, de Minas Gerais, que está aqui presente (*palmas*); a Deputada, combativa Deputada, reconhecida pela luta dos direitos humanos, Erika Kokay, que está aqui presente — obrigado, Erika (*palmas*); o Deputado Paulão também está aqui — obrigado, Paulão. (*Palmas.*)

Chegou mais alguém? (*Pausa.*)

O Deputado Sóstenes Cavalcante, do Rio de Janeiro, está aqui presente. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença a todas e todos.

Então, vamos lá. Passo a palavra ao Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes.

Obrigado, Reginaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar o nosso Presidente, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, Marcelo Freixo, e agradecer por ter permitido combinar esta nossa ação da CPI.

A CPI tem um nome grande. Ela quer investigar as causas, as razões, as motivações, os impactos sociais e econômicos em relação a mortes e desaparecimentos dos nossos jovens negros e pobres no Brasil. Então, nós estamos entrando numa segunda etapa.

Nós já começamos há um mês e pouco. Fizemos a primeira etapa, que foi mais estudos de indicadores, metodologia de pesquisa, dados; ouvimos vários núcleos de pesquisa em relação à questão da violência no Brasil. E, agora, nós estamos entrando na segunda fase, em que estamos visitando comunidades; fazendo audiências em Estados; visitando casos emblemáticos de chacinas, de violação de direitos.

Então, nós fizemos questão de começar aqui pelo Rio de Janeiro, Estado da nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, que está aí indicada para relatar todo esse trabalho da CPI. Então, nós fizemos questão de estar aqui hoje.

Quero aqui manifestar a nossa solidariedade aos familiares que falaram aqui, vítimas de violência praticada pelo Estado brasileiro — toda a nossa solidariedade;



também à Escola, à diretora que fez o seu depoimento, aos professores e aos alunos.

Eu gostaria de dizer que os indicadores que foram colocados aqui pelo Prof. Matheus, de que a escola tinha 1.400 alunos antes de receber aqui a unidade da UPP no pátio da escola, e agora temos só 700, são indicadores que falam por si só. Esta combinação realmente fere a educação de qualidade, a liberdade dos nossos alunos, dos nossos educadores.

Então, eu quero dizer aqui, Freixo, e manifestar que eu acho que o Governo do Estado deveria imediatamente repensar a posição dessa Unidade Pacificadora aqui no Morro do Alemão.

Quero primeiro falar alguns indicadores rapidamente, mas todos vocês conhecem. O chefe de gabinete falou em alguns números, mas os números são estarrecedores. Para se ter uma comparação em relação aos indicadores, é importante dizer que países que têm um Estado de Direito, em que a sociedade acredita nas suas forças de segurança pública, que acredita no seu País, esse indicador é de menos de 1 homicídio para cada 100 mil jovens negros e pobres!

No Brasil, nós temos oito Estados com mais de 100 homicídios para cada 100 mil jovens negros e pobres. Nós temos Estados, como o Estado do Deputado Paulão, o de Alagoas, a capital, Maceió, a mais violenta do mundo: com 193 homicídios para cada 100 mil.

O Brasil tem um indicador: para cada quatro homicídios, nós temos três jovens negros e pobres, o que comprova o caráter seletivo ou, até diria, racista da concepção sobre segurança pública no País. Não estou aqui afirmando que seja por parte dos policiais, porque, na verdade, nós precisamos — e eu estava falando com o Deputado Freixo — definir na Constituição o que é ordem pública.

Essa ausência de definição, na minha opinião, leva o sistema de segurança pública a fazer uma abordagem que o País não pode aceitar e a que nós estamos assistindo — os Estados Unidos, os norte-americanos, a está repudiando —, que é uma abordagem feita pela cor da pele. Nós não podemos admitir isso.

O País tem indicadores muito piores do que nos Estados Unidos. Lá, a população negra corresponde a 13%; aqui, nós temos indicadores que comprovam que, nos últimos 5 anos, nós matamos — vítimas da violência, lamentavelmente



praticados pelas forças de segurança —mais que, em 30 anos, todas as polícias dos Estados Unidos.

Temos indicadores aqui que assustam todos nós: nós temos oito Estados em que, para cada jovem branco assassinado, nós temos 20 jovens negros e pobres assassinados — oito Estados! Portanto, nós queremos chamar a sociedade para este debate.

O Freixo falou muito bem aqui sobre a importância da CPI. Nós precisamos dar visibilidade à CPI, porque é uma maneira também. É lamentável que o País tenha nos educado a ser um País dissimulado, a não aceitar a questão racial e a ser um País racista de maneira dissimulada. Nós precisamos assumir esta questão para resolver o problema, atacar a causa!

Então, o nosso papel nesta CPI é fazer, primeiro, evidentemente, um amplo diagnóstico. Nós precisamos dar visibilidade a casos que há mais de 30 anos não foram resolvidos, por exemplo, a chacina da comunidade de Acari, em que 11 jovens desapareceram e, até hoje, o caso sequer foi a julgamento. E, o pior: tiveram a ousadia de eliminar e matar a principal líder do movimento, a mãe do menino; a morte da Edméia, em que também não houve julgamento popular.

Hoje, essas taxas de elucidação, Freixo, dos casos de homicídio no Brasil são vergonhosas: não chegam a 8%, e os elucidados não chegam a 3% — os que são presos e são condenados. Portanto, nós podemos dizer que, no Brasil, a nossa população carcerária, a cada 10 anos, está dobrando de tamanho, já é a terceira maior do mundo. São mais de 720 mil presos, a grande maioria provisoriamente, sem julgamento, porque são pobres e negros. E a ampla maioria, como o Chefe do Gabinete do Comandante da Polícia Militar colocou muito bem aqui, essa lógica errada da guerra contra as drogas, em que a maioria é dos presos é microtraficantes, que deveriam estar sob os cuidados da saúde pública, submetidos a tratamento pelo Estado brasileiro, e não no sistema prisional falido do País.
(Palmas.)

E a outra parte da população que está presa neste País é escolhida pela lógica seletiva da segurança pública na ordem pública que prende em flagrante e faz a abordagem só pela cor da pele e prende os nossos jovens negros e pobres. Essa é a população carcerária. Por crime contra a vida, ninguém está sendo julgado e



ninguém está sendo condenado porque, lamentavelmente, são os negros, são os pobres deste País.

Portanto, o que eu quero dizer aqui para vocês é que nós temos muito trabalho, sei que é difícil, mas o Brasil precisa tomar ações imediatas. Uma das ações que nós achamos interessante é a retomada do debate que a Presidenta Dilma Rousseff colocou na campanha sobre uma nova PEC. Uma emenda constitucional que possa compartilhar responsabilidades em relação à segurança pública.

A União não pode ficar omissa, apesar de ser competência constitucional dos Estados, mas a política que deixa Municípios e Estados fazerem a sua própria lógica tem demonstrado que não responde às demandas da sociedade brasileira e não garante uma justiça mais igualitária.

Portanto, precisamos fazer um novo modelo compartilhado para a segurança pública. Talvez a Deputada Rosângela Gomes esteja construindo e estudando. Nós temos sucesso nas políticas públicas de educação e de saúde, através do Sistema Único de Saúde, através do sistema compartilhado do FUNDEB, através da política única de assistência social. Talvez tenha chegado a hora de termos também um sistema único de segurança pública no Brasil, de integrarmos ações.

E também precisamos pactuar com a sociedade brasileira um plano nacional de enfrentamento a homicídios que tenha dois eixos: eliminar, buscar reduzir as taxas de homicídios, que são vergonhosas para o nosso País, para o Estado de Direito, para uma sociedade civilizada; mas, ao mesmo tempo, pactuar com Município e Estado também um plano de prevenção a homicídio no País. Eu acho que esses desafios estão colocados para a CPI, além, evidentemente, de pedir, talvez, deslocamento de competência de casos emblemáticos que não foram resolvidos, elucidados. Nós não podemos conviver com esta impunidade.

Por último, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro. Acredito que esta questão sobre segurança pública deve ser uma pauta de política de domínio de todo cidadão brasileiro. Nós não podemos aceitar, Deputado Marcelo Freixo, que, quando se discutir segurança pública, só participe do debate quem trabalhe com o tema segurança pública. Está errado! E nós estamos tão mal-educados para discutir



segurança pública, que, quando nós começamos o debate, quem trabalha com o tema acha que é dono da verdade, não quer ouvir o povo falar a verdade, a realidade, como lá na ponta a segurança pública está funcionando. *(Palmas.)*

É por isso que nós temos que trazer para a Constituição o compromisso de todo Município e Estado e União organizarem conferência, plano estratégico anualmente. Nós temos que nos reeducar. E neste debate sobre segurança pública deve ser empoderado o povo, que lá na ponta é vítima, que tem que ser atendido e tem que ter seus direitos garantidos, seus direitos humanos.

Nesse sentido, eu espero que a nossa CPI dê conta de cumprir uma tarefa, e para isso nós precisamos da solidariedade e do apoio da sociedade brasileira. Precisamos, Deputado Marcelo Freixo, que todas as Assembleias Legislativas possam também constituir uma CPI ou uma comissão especial para ajudar a elaborar seus planos estaduais, que as Assembleias Legislativas possam incentivar as Câmaras Municipais a construir seus planos estratégicos também, no sentido de trazer este debate para o domínio do povo, para juntos construirmos algumas saídas e alternativas e colocarmos um ponto final nessa violência que atinge os nossos jovens negros e pobres no Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes. É excelente o trabalho da CPI. É muito importante que vocês estejam aqui.

Eu quero garantir todo trabalho, tempo e material acumulado pela Comissão de Direitos Humanos ao longo de todos esses anos. A gente trabalhou em conjunto com a sociedade civil organizada, sempre teve a preocupação de sair dos muros da Assembleia Legislativa e fazer reuniões como esta que os senhores estão podendo presenciar. A gente tem muita coisa acumulada junto com os companheiros e as companheiras e quer colocar à disposição da CPI todo o material da Comissão de Direitos Humanos, todo o tempo da gente, para que possa fazer este trabalho juntos, que é do maior interesse, pelo entendimento do que hoje significa segurança pública e direitos humanos.

Passo imediatamente a palavra à Deputada Rosângela Gomes, Relatora da CPI. *(Palmas.)*



A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa e parabenizar o Deputado Marcelo Freixo. Antes de ser Deputada Federal eu fui Deputada Estadual. Eu sou do Rio de Janeiro, nascida e criada, moro em Nova Iguaçu, e militei na Assembleia com o Deputado Marcelo. Eu sei do compromisso que Marcelo tem, sei da atuação que Marcelo tem, sei da responsabilidade que Marcelo tem. Por isso, Deputado Marcelo, para mim é uma honra estar aqui hoje com você que sempre foi a voz do nosso povo, sobretudo do mais sofrido e mais necessitado.

Quero ainda dizer aos senhores e às senhoras que eu estava aqui atentamente ouvindo a fala de todos e de todas, e sentei ao lado de Denize. Pude conversar bastante com ela e lhe dizer — porque ela me falou da condição, da morte do seu filho, e eu também li e pesquisei um pouco — que não existe palavra de consolo nem de conforto, mas que ela não está sozinha nesta luta, assim como também não está Zen, que veio aqui, deu seu depoimento, chorou.

Nós como representantes do Estado temos que trabalhar com lealdade e compromisso. Quero dizer para você, Zen, e para todos que estão aqui: eu sou Parlamentar nova na política, mas, por onde vou, sempre alerta o povo de que existe uma frase no nosso Hino Nacional que é a seguinte: “*Verás que um filho teu não foge à luta*”. Então, não desista do seu País. Você não está sozinho, tanto que está aqui o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Marcelo Freixo, a Deputada Erika Kokay, combativa, o Deputado Paulão, a Deputada Benedita da Silva, um ícone da política e que no Estado do nosso Rio de Janeiro sempre foi espelho para mim e para todos nós, o Deputado Sóstenes Cavalcante, que está começando comigo também, a Deputada Tia Ju, o Deputado Delegado Edson Moreira.

Está aqui também Carlos Alberto, do Ministério (*falha na gravação*). A nossa Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sempre se coloca à disposição, com todos os dados do Ministério. Está aqui Fabiana Lima, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Está a Ângela Guimarães, uma militante também atuante. Eu a conheço há muitos anos nesta causa, defendendo os interesses dos jovens. Ela é Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude e Presidente do Conselho Nacional de Juventude.



E eu fiquei aqui... A minha função aqui é ouvir. Nós temos que produzir um relatório que contenha não só a fala do Estado, mas sobretudo o desejo de todos os senhores e de todas as senhoras (*falha na gravação*).

Eu peço ao Deputado Marcelo Freixo que possa abrir, porque só tem legitimidade realmente se vocês tiverem voz, é claro, de forma (*falha na gravação*). Eu acho importante, Marcelo, porque, sempre que faço leis, eu procuro fazer sobretudo escutando a população, porque para mim lei boa é quando nasce do povo. Quando não nasce do povo, não tem legitimidade.

Eu queria pedir aos professores que vieram aqui e fizeram uma fala, acho que o Matheus e o Guilherme, que me entregassem a cópia desse documento produzido aqui pela Agremiação. Nós estamos começando com esta CPI. Ela tem mais ou menos 1 mês e 15 dias. O nosso Presidente, Deputado Reginaldo, muito comprometido, nos deu a oportunidade de fazer um plano de trabalho, e nesse plano de trabalho nós já ouvimos pesquisadores, acadêmicos, junto com a comitiva de Deputados. A nossa próxima ação, que coincidiu de ser hoje, era ir aos Estados, ouvir a população, ouvir as entidades, para a gente poder fazer um relatório que contenha a voz de vocês, senão ele não tem legitimidade.

Eu fico feliz de estar aqui, Deputado Marcelo, porque coincidiu de a nossa comitiva da CPI estar hoje no Estado do Rio de Janeiro e V.Exa., gentilmente, sensível como é, ter-nos chamado para estar aqui.

Nos últimos dias, os relatos que ouvimos da população são os piores possíveis, com a morte do Eduardo, com a morte da Elizabeth, com a morte da Cláudia Ferreira, que foi aquela nossa companheira arrastada ano passado pelo camburão, com a morte de tantos outros irmãos e irmãs nossas que têm sido invisíveis, desrespeitados, como a Denize colocou aqui.

Nós estamos aqui assumindo o papel de ouvi-los, para a partir daí produzir uma documentação que expresse o desejo de vocês e da nossa população. Para mim, então, é muito importante estar aqui e foi muito importante ouvir, Deputado Marcelo, cada fala, ouvir o comandante, ouvir a escola, porque é complicado você tirar o País, tirar o Estado da situação que estamos vivendo.



Eu não vejo outra solução a não ser dar dignidade através da educação. Fico estarecida de ver dentro do colégio uma unidade de polícia. Isso é inaceitável. Eu também não estou de acordo com isso.

Quero até fazer uma fala proativa para essa mulher corajosa que é a Profa. Tânia. Eu ouvi o Presidente dizer: “*Tânia, tire a sua cadeira daqui*”. E ouvi a Profa. Tânia responder: “*Não, a minha cadeira vai ficar aqui*”. Parabéns a você, Tânia, que de forma heroica é uma anônima que vem segurando a escola porque acredita na educação.

Mais uma vez quero dizer aos senhores e às senhoras que vocês, a juventude, a comunidade não está sozinha. Não está sozinha! Vocês têm a Comissão, têm o Deputado Marcelo, têm a Tia Ju, mas também têm os Deputados Federais não só aqui do Rio de Janeiro, mas do Brasil inteiro, através da CPI, onde nós estamos engajados para saber de tudo o que acontece, para então fazermos um relatório que realmente expresse o direito, o desejo da nossa população, e não um relatório que venha a ser de acordo com as necessidade do Estado.

Então, parabéns a vocês. Estou à disposição não só no gabinete em Brasília, não só aqui no Rio de Janeiro, mas também através da CPI. Que ela seja um instrumento para que vocês tenham voz. E vocês, por favor, não se esqueçam de uma coisa. Nós não estamos em tempo de eleição, mas por favor reflitam quando vocês forem votar no próximo pleito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Nós estamos com problemas. Aquele microfone já estava dando uma série de problemas. Vamos tentar terminar assim, no gogó.

Eu achei que o recado estivesse errado, mas parece que mais uma vez o mesmo carro Gol LLH-8116 está trancando agora um outro carro. Então, se o proprietário puder ir lá novamente, por favor, ajudar... Eu achei que o recado estivesse errado, mas não.

Eu vou passar a palavra à Deputada Martha Rocha, mas antes quero pedir a todos, ao Alan e todos os companheiros, que tenham bom senso. Esta audiência, ela foi pensada e organizada pela Comissão de Direitos Humanos em conjunto com os moradores do Alemão, com diversas organizações da sociedade civil do Alemão.



Nós fizemos uma reunião dentro do Alemão e uma reunião dentro da Assembleia Legislativa, sempre com a participação efetiva de diversos segmentos do Alemão. Pensamos juntos nos temas, em quem convidar, em quem iria para a Mesa. Agora, existe uma questão de ordem prática. Não adianta organizar 70 pessoas para falar, porque assim a audiência passa a não ser boa para ninguém. A questão é prática. Quem vai falar pelo Alemão foi definido pelos moradores do próprio Alemão que pediram esta conversa. Então sejamos justos e tenhamos bom senso. Foi isto o que foi organizado.

A Mesa é ampla. Nós garantimos a fala de todos os setores, sem problema nenhum. Os casos que apareceram na hora, os que não estavam programados, tiveram acesso também e falaram. Se mesmo assim, reconhecido isso, houver necessidade de abrir para mais duas, três falas, para complementar alguma coisa, nós vamos abrir, como sempre fizemos. Agora, não dá, é evidente, para, no final da audiência, vir alguém dizer que os moradores não foram ouvidos. Isto não é justo. Isto não contribui. Não é justo não é com a Comissão, não, não é justo com os próprios moradores do Alemão que se organizaram para que esta audiência acontecesse. *(Falha na gravação.)*

Não está funcionando? Está oscilando, né? Mas vamos lá, vamos tentar. Então, não é justo neste momento a ideia de que os moradores... Os moradores não só foram ouvidos como organizaram esta audiência. A Mariele está ali conversando. Se houver necessidade, a gente abre a fala para mais duas, três pessoas, para que possam complementar, sem problema nenhum. Mas deixo claro...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - A senhora é uma das que vão falar.

Nós fizemos uma reunião dentro do Alemão. Nós fizemos uma reunião dentro desta escola. Nós fizemos uma reunião dentro da Assembleia Legislativa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Você vai falar.

Seguindo a audiência pública, tem a palavra a Deputada Martha Rocha

A SRA. MARTHA ROCHA - Bom dia ou boa tarde, já não sei, a todas e todos. Eu quero em especial dizer da minha alegria de estar aqui nesta manhã, não



porque eu sou Presidente de uma Comissão ou porque eu sou uma Deputada eleita. Eu me sinto muito à vontade aqui, porque, com muito orgulho, eu sou nascida na Penha. Eu cresci na Penha. Sou fruto da escola pública. Sou aluna da Escola Normal e Heitor Lira. Então conheço e tenho uma identidade com essa região.

Quando o Deputado Marcelo Freixo começou a construir esta audiência, a Comissão de Segurança... Eu quero dizer que, além de Presidente da Comissão de Segurança, eu sou também membro da Comissão de Direitos Humanos. Eu sou policial civil de carreira. Tenho mais de 32 anos na Polícia Civil. Mas entendi que eu deveria participar como membro da Comissão de Direitos Humanos porque entendo que não há possibilidade de pensar em segurança pública sem pensar em respeito aos direitos humanos, porque entendo que o policial, seja o policial civil, seja o policial militar, ele é em primeira instância o pedagogo, o professor da cidadania.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARTHA ROCHA - Se o senhor me deixar falar, eu vou agradecer. Tudo bem, você pode sair, sem problema nenhum.

Meu senhor...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. MARTHA ROCHA - Quem fala essa frase é o Prof. Ricardo Balestreri, que foi Secretário Nacional de Segurança Pública, e o que ele quer dizer com isso é que o erro do policial, seja civil, seja militar, é duplamente sentido pela população, porque ele tem o dever de ser o símbolo do Estado, por isso seu erro nos choca tanto assim, como disse aqui o Comandante Íbis, por aquilo que ele não é treinado para fazer, porque a polícia deve ser uma polícia cidadã, e da mesma forma pelo impacto que ele acarreta na sociedade.

Eu estou terminando a minha fala, porque quero continuar ouvindo a comunidade. Vejo nesta comunidade, nesta reunião, uma presença maciça de mulheres, e quero dizer, dirigindo-me ao nosso Presidente da CPI, que, quando a gente perde um filho, ou um marido, ou um companheiro, a mulher é duplamente vitimizada. Ela é vitimizada porque na verdade ela continua a sua tarefa sozinha.

Eu quero colocar à disposição da Comissão de Segurança o número do Disque-Comissão de Segurança, um 0800 que nós vamos distribuir aí. Nessas



ligações é garantido o anonimato. Nós podemos e queremos ser uma voz da comunidade para a construção de uma sociedade que seja justa e solidária.

Obrigada a todos aqueles que foram capazes de me ouvir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Vamos tentar ver se a gente consegue... Com microfone fica mais fácil.

Peço tranquilidade. A gente já acordou que vai abrir para falas, mas é importante discutir o que a gente concorda e o que a gente não concorda. Faz parte de uma audiência pública. Vamos ter calma.

Tem a palavra o Deputado Flavio Serafini, membro efetivo da Comissão.

O SR. FLAVIO SERAFINI - Boa tarde. Eu sou professor. Estou Deputado Estadual, em primeiro mandato, acompanhando os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, e vou ser muito breve.

A gente tem assistido no Rio de Janeiro a algo muito grave. É claro que as pessoas que estão falando, as pessoas que estão aqui e veem... Atitudes nervosas são uma questão que incomoda — a gente tem que organizar —, mas também são importantes para ver a tensão, para ver a gravidade do momento que a gente está vivendo. A gente está aqui porque pessoas estão morrendo. A gente está aqui numa escola com a parede fuzilada. A gente está numa situação de muita gravidade.

Infelizmente, o processo de pacificação que foi colocado para ser solução dos problemas da violência se tornou um componente a mais da violência. Esta discussão tem que ser feita com muita clareza, esta discussão tem que ser feita com muita sinceridade.

Quando a gente vê processos de conflito, mortes, etc., a gente vê que a posição da Secretaria de Segurança Pública é a posição que a gente chama de fuga para frente. *“Olha, está complicado? Nós vamos usar mais força.” “Está complicado? Nós vamos usar mais força.”* E a reflexão que a gente quer trazer aqui é justamente o contrário: está complicado e está complicando cada vez mais porque está faltando diálogo, porque estão faltando mecanismos mais fortes para garantir à população canais de denúncia e canais de controle da força policial. Isso é fundamental. Esse é o debate que tem que ser feito. Tem ouvidoria? Como está funcionando? Estão aqui



outras agências do poder público? Não está sendo suficiente? Quais mecanismos mais podem ser construídos para controlar o uso da força?

A gente esteve aqui outro dia, e eu queria citar um exemplo banal. Havia ali na subida uma viatura da UPP dificultando a entrada dos carros dos professores. A gente disse: “*Como é isso?*” Aí disseram: “*Frequentemente aquela viatura está ali. Nós já pedimos pra tirar e eles colocam todos os dias.*” Esse é um exemplo banal, obviamente num lugar onde as pessoas estão tomando tiro, mas esse é um exemplo que ilustra o quê? O exercício do poder cotidiano. Que ilustre o quê? A necessidade de uma autoridade que quer se impor, se colocar acima dos outros, se colocar acima da necessidade do respeito, se colocar como alguém que se sente confortável para se impor através da força. É esse modelo que está fracassando; é esse modelo que está fazendo com que mais pessoas morram e o problema da segurança pública, ao invés de ser resolvido, mergulhe cada vez mais num pântano. Porque esse modelo, estando errado, como está acontecendo — esse modelo está dando errado, é importante que se diga —, qual é a discussão sobre alternativas que está colocada?

Então, eu queria concluir dizendo o seguinte: a nossa posição, trazendo aqui para o poder público, é muito clara: o momento é de reconhecer que há uma crise e não de aprofundar a lógica da guerra e da beligerância. Eu tenho muito acordo com praticamente tudo que o coronel trouxe aqui para reflexão. Mas infelizmente o que o coronel trouxe para reflexão não é o que a Polícia Militar do Rio de Janeiro põe em prática. Esse é o problema.

Então, o que a gente quer trazer é o seguinte: o momento é de debater melhores formas de a comunidade dialogar com o Estado e de ampliar o controle sobre a atuação da Polícia. A fala de Marquinhos aqui é exemplar. Um cara que ficou conhecido na comunidade como Marquinhos da UPP porque abraçou o projeto hoje está aqui cobrando que não pode ter achaque, que não pode ter esculacho. Está faltando o quê? Está faltando mecanismo de participação popular e mecanismo de controle sobre a Polícia.

Então, a nossa fala é neste sentido: a Polícia Militar e a segurança pública têm que abandonar o discurso da fuga para frente, de que a saída é endurecer ainda mais para vencer a guerra e reconhecer que o momento é de recuar e repensar a necessidade de abrir mais canais de diálogo com a população.



Nesse sentido, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ e todos aqui presentes contribuem com este papel de reabrir diálogos, de oxigenar a relação do Estado com a população do Complexo do Alemão.

Obrigado, gente. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Flávio.

Vamos lá! Eu tenho dois recados aqui. Vamos lá, gente! Não adianta fazer duas audiências. Vamos seguir só com uma. Vamos lá! Dois recados importantes aqui passados para a Mesa. Alan, vamos lá! Atenção! Vamos lá, gente! Se o rapaz quiser falar, a gente deixa, sem problema. Às vezes é melhor falar aqui do que ficar falando mais do lado de fora. Vamos lá! *(Palmas.)*

A Frente Estadual contra a Redução da Maioridade Penal — é importante este assunto — tem uma agenda para o dia 4, portanto, hoje, a partir das 18h30min, de panfletagem, uma atividade na Central do Brasil. Mas Reginaldo também estava me dizendo, Rosângela, Érica e Bené que hoje na Assembleia Legislativa também tem uma audiência e 16 instituições da sociedade civil vão falar. Depois abre para quem quiser falar. Será no plenário da Assembleia? *(Pausa.)* No plenário da Assembleia, hoje, às 14h30min. Então, é bom também dizer que este debate pode continuar na Assembleia Legislativa hoje à tarde.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - É no auditório, sexto andar, não do anexo.

Quero dizer o seguinte: o Movimento Moleque, o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e a Rede Comunidades contra a Violência estão convidando para uma reunião no dia 7 de maio, que cai na próxima quinta-feira, às 18h30min, no CCPR lá de Acari, sobre a construção da comissão de desaparecidos e mortos da democracia.

São duas agendas importantes para que a gente possa continuar.

Mário, não tem nome, não tem...

Alan, vamos lá, vamos acalmar os ânimos!

O SR. ALAN BRUM PINHEIRO - Bom dia a todos! Eu não tinha fala aqui programada.



Nós organizamos juntos esta audiência. Juntos, pelo Complexo, tem 17 grupos e instituições. Eu acho que direito à fala todo mundo tem que ter, dentro da possibilidade de viabilizar o encaminhamento.

Nós tiramos, em reunião, duas pessoas na Mesa que estão representando este coletivo que são 17 grupos e instituições e as 12 associações de moradores. Pepé está representando as instituições e Udson está representando as instituições sociais.

Se é possível dentro da audiência pública ter abertura para outras falas, a gente julga que é importante. Porém, a gente precisa entender o que constrói coletivamente dentro do grupo. Agora, se tem pessoas para falar, e se é possível falar, dentro do que já foi acordado anteriormente, vamos ficar agradecidos. Mas que possamos fazer da melhor forma, que possamos construir juntos, porque nós acatamos e aceitamos fazer esta audiência para o bem do Complexo do Alemão. E imagino que daqui saiam soluções consistentes e efetivas, porque todo mundo está aguardando isso.

Então, eu só queria fazer essa fala sobre um pouco do coletivo que estamos construindo. Mas eu acho que é importante, dentro da possibilidade, abrir para uma ou duas pessoas, se for possível, dentro do que está planejado anteriormente.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Alan. Vamos abrir, como sempre fizemos.

Leonardo, vem andando para cá, porque eu tenho que dar alguns recados. Leonardo vai falar aqui. Mais uma fala nós podemos garantir. Mariluce estava aqui na frente. Deixa só eu dar um recado, antes que dê problema lá fora. Você vai falar. Você fala o que quiser.

Há mais carros ali fora atrapalhando a saída, que é estreita: LTB 5898 — não sei qual é o carro, não está escrito aqui. Então, há um carro com a placa LTB 5898. Por favor, vá lá fora ver o que está acontecendo. Há um carro com a placa LSR 5965. O outro eu não entendo em nenhuma hipótese o que está escrito aqui.

Vamos tentar organizar as falas finais, para que possamos concluir inclusive com encaminhamento. Não é só uma audiência para que falemos as coisas, mas para que possamos resolvê-las e termos encaminhamentos importantes.



O SR. LEONARDO SOUZA - Boa tarde, gente! Meu nome é Leonardo, sou morador, nascido e criado no Alemão.

A primeira coisa que eu queria dizer é que eu participei da organização também, com o pessoal do Juntos pelo Complexo do Alemão, faz parte de um coletivo que está nessa organização também... Em nenhum momento eu vou deslegitimar e dizer que não está sendo interessante um diálogo, pelo contrário.

Eu só queria questionar algumas coisas aqui, o seguinte: primeiro, as pessoas que me conhecem já sabem a minha postura e a minha dúvida em relação a este tipo de processo institucional. A base de polícia está no colégio, se não me engano, desde 2012. Eu queria perguntar onde estavam os senhores desde 2012? Não sabiam disso? Isso não tinha chegado até vocês?

A segunda coisa que eu queria dizer é o seguinte: eu ouvi várias falas aqui e discordei de várias. Provavelmente algumas pessoas vão discordar do que eu vou dizer. Isso, dentro de uma democracia, é normal. Eu só acho que existe um limite em relação a respeito. Aqui estão várias mães de vítimas, na mesa está uma, D. Denize, e outras estão sentadas aqui. Eu acho que, quando os senhores vêm à favela discutir com a gente sobre o que está havendo aqui, a primeira coisa que tem que haver é respeito, é sentar, escutar. *(Palmas.)* E se a gente falar um pouquinho mais alto, se aumentar um pouco o tom de voz, eu acho que a gente tem esse direito. E o papel de vocês é ouvir.

Como eu disse, eu ouvi várias coisas aqui que não me contentaram. Mas é isso, eu estou participando de processos coletivos, e processo coletivo é isto mesmo: pererê, parará. Agora, a gente tem que ter mais respeito principalmente não só com quem mora aqui, mas com quem está morrendo, com mãe de vítima. Tem gente morrendo. Os senhores vão voltar para casa, os senhores vão voltar para o hotel — vão voltar para casa —, e todo mundo vai continuar aqui, vai dormir aqui hoje e a semana toda vai passar aqui.

Então, o evento foi muito bacana, foi muito legal. Mas e aí? Vai sair da escola a base de polícia? *(Palmas.)* Como eu já disse, e vou repetir, o meu posicionamento político, por exemplo, não é só em relação à base de polícia. Mas e o restante? A polícia vai sair do Complexo? Porque eu ouvi aqui muita gente dizer: *“Ah, não, mas a polícia é necessária, a polícia é isso e aquilo.”* O que eu tenho para dizer é o



seguinte. A gente teve o relato aqui do irmão que tomou um soco na cara, o irmão da Penha, a gente tem do filho da D. Denize, a gente tem os relatos que Udson deu aqui, a gente tem os relatos que Pepé deu aqui.

Meu irmão, a gente é morador do mesmo Complexo, mas vou discordar do que você disse em relação ao seguinte: para mim, a polícia não está mal preparada. A polícia está fazendo exatamente a função social que ela tem que fazer. *(Palmas.)* Para mim, isso não é falta de preparo, não. Todo mundo aqui sabe como foi criada essa instituição. Já disse isso uma vez. Eu não vou ficar aqui acusando a instituição, não. Meu papo é o seguinte: a polícia é uma instituição falida não porque só a instituição é falida, mas porque a gente vive numa sociedade falida. A sociedade toda está falida. A gente tem que repensar muita coisa.

Só que é muito fácil pedir calma, é muito fácil pedir paciência, quando você não está passando nem sentindo aquilo na pele; é muito fácil vir falar que a polícia é pedagoga, quando não foi o seu filho que levou tiro na cabeça, foi o da D. Denize, que morreu, foi o da Mônica, foi o da mãe *(ininteligível)*. Isso é muito fácil. *(Palmas.)* Aí, eu acho muito fácil dizer que está sendo hostilizado. “*Ah, mas você está muito nervoso*”. O papel de vocês é vir aqui e ouvir isso mesmo. Eu não estou hostilizando ninguém. Se quiser voltar todo dia para conversar aqui, um monte de mães vai conversar com você amanhã, depois de amanhã. Mas a gente tem que deixar algumas coisas bem claras. Como é que você vem aqui, numa audiência pública numa favela, sabendo o que está havendo aqui — ou deveria saber —, e vai dizer que a polícia é pedagoga? Isso só pode ser uma piada.

(Não identificado) - É uma piada!

O SR. LEONARDO SOUZA - Isso é uma piada! *(Palmas.)* A senhora deveria pedir desculpas a todas as mães de vítimas que tem aqui, ao irmão da Penha, que levou um soco na cara, porque está aí a polícia sendo pedagoga para eles também.

Então, eu vou encerrar minha fala aqui. Minha fala é só essa. Eu queria deixar claro que participei desse processo. A gente dialoga, o meu coletivo participou, mas quando os senhores vierem aqui conversar com a gente, têm que repensar algumas posições de fala. Eu ouvi alguns assessores aqui dizerem: “*Ah, mas você está muito nervoso, Leonardo*”. Ora, se eu não tiver o direito de estar nervoso, quem vai ter? *(Palmas.)*



O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Tem todo o direito. Vamos lá, Leonardo. Obrigado pela fala. Teve fala hoje como tem fala sempre com a gente. Sabe disso, não é? (*Pausa.*)

Eu vou garantir a fala dos que foram combinados depois, mais duas pessoas. Está aqui André — venha para cá, André — e Cleonice. É isso? (*Pausa.*) Mariluce. Então, está bem. Estou seguindo o que chegou aqui, que foi combinado. Mariluce não estava aqui, não a estávamos achando, mas chegou aqui e vai falar.

Eu só peço depois, Alan, que a gente tenha um momento de encaminhamento. O encaminhamento é muito importante, senão a gente vai falar, vai virar uma terapia coletiva, mas não vai ter encaminhamento. Então, vamos chegar juntos até o final, garantir as falas, para termos um encaminhamento no prazo, para que possamos ter uma audiência vitoriosa.

Vamos lá, André.

O SR. ANDRÉ LUIZ FERNANDEZ - Bom dia. Acho que todo mundo está pensando o mesmo que eu: a gente está aqui há 4 horas, mais ou menos, ouvindo falar única e exclusivamente de polícia, como se fosse a presença ou não dela resolver tudo que tem de errado no Complexo do Alemão. Só que a galera que morreu no Complexo do Alemão nos últimos 30 anos, seja por traficante, pela polícia, seja por quem for, não é a que morre em um dia no Sistema Único de Saúde. Aqui a gente tem duas Clínicas da Família, uma UPA, e não tem nem 20 médicos atuando nesses lugares todos. (*Palmas.*) Não tem 20, sendo que a Organização Mundial da Saúde diz que tem que ter um médico para cada mil habitantes. São 150 mil na favela. Não tem! Aí, o pessoal vai falar que é porque o garoto entrou para o tráfico, sei lá.

Minha postura com relação à UPP é uma, muita gente aqui sabe, e eu sou criticado a respeito disso. Não acho que ela estar ou não estar faça tanta diferença. Prefiro que ela esteja, mas se ela não estiver, a vida vai ser como sempre foi. Sabe por quê? Em 2009, no Leblon, a renda *per capita* era de 4.500 reais por mês, e aqui na favela era de 176 reais. O que acontece? Se eu for abrir uma empresa, não vou abrir no Complexo, porque eu não tenho como pagar 40% de imposto na favela do mesmo jeito que um cara paga 40% de imposto no Leblon. Eu nunca vi ninguém questionar a taxa que é cobrada aqui. Por que não se cria uma área social de



arrecadação? Na favela, o cara tem que pagar menos imposto, se ele empregar na favela e se ele mantiver sua atividade na favela. Se todo mundo trabalhar, dificilmente a galera vai entrar para o tráfico.

Outra coisa, o pessoal da Secretaria de Educação disse que vai pensar, vai ver o que vai fazer. Ora, a gente tem uma solução bem simples. Eu represento um grupo de moradores que é a favor da UPP e que faz trabalho voluntário aqui no Complexo há um bom tempo. A gente já deu aula aqui, Tânia deve saber. A gente deu aula com Rafael Espindola. A gente ficou 3 anos sem luz aqui. A gente dava aula aqui à noite, no meio do tiroteio, sem luz: mais de 100 crianças e dois professores. Não tinha como Tânia trocar lâmpada. Ninguém ajudou. Ninguém veio ajudar.

A gente passou 4 horas falando só de polícia. Cara, polícia tem no mundo todo! Tem problema no mundo todo! Tem outras coisas que vão vir muito antes para resolver isso. O moleque entra para o tráfico porque ele não vai ao hospital e a mãe dele morre; o moleque entra para o tráfico porque ele não tem como trabalhar perto de casa. Se vai trabalhar fora da favela, o cara às vezes não quer dar emprego, porque tem tiroteio. Antes da polícia, tem muitos outros problemas.

O amigo ali disse que, realmente, se foi feita uma comissão... Eu nunca vi tanto Deputado aqui. Eu nunca vi! Eu, eu nunca vi! Vivi 30 anos aqui. Denize me conhece. Conheci o Caio, criança. Eu nunca vi tanto Deputado aqui, a não ser em época de eleição. Tinha até um Vereador conhecido aí circulando, acho que ele saiu com vergonha. Mas eu nunca vi! Podiam ter vindo há muito mais tempo, e isso não estaria como está agora.

Botar todo problema relacionado somente à polícia eu acredito que não vai resolver muito. A UPP tem que sair dali? A base? Também acho, tem que sair, porque os traficantes não querem saber, vão atirar mesmo, e os caras aqui vão atirar mesmo, e as crianças vão ficar no meio do tiroteio mesmo, como ficaram a vida inteira, e professor também, funcionário de escola também.

Tânia acompanhou o evento que a gente fez aqui de arte marcial. A gente botou 600 crianças aqui, mas não ganhou 1 real de ninguém. Ela sabe disso. Por quê? Porque não dá ibope, porque não é a causa que eles querem.



Chegar aqui e bater na polícia é mole, chegar aqui e bater na droga é mole. Mas não vai resolver tanto, porque a droga, o caminho da droga é secundário. Começa pela escola, que não tem. Então, vou dar uma dica para o pessoal da Secretaria: peguem todas as escolas do Complexo, separem duas salas, dois computadores com Internet, liberem a quadra e deixem os voluntários trabalhar. Ajudem, façam a logística, tragam ônibus aqui uma vez por mês, façam um passeio. Não precisa muito, não. Não precisa haver conteúdo pedagógico, não precisam construir escola, porque quando vai construir, a construtora leva 90% da grana para o bolso deles. Não adianta! Escola já tem. Abram espaço para o pessoal poder atuar, botem um ônibus aqui para levar a galera. Não precisa de muito, não, Secretaria de Educação! Não precisa de muito, não! É isso, acho que é por aí.

É a minha opinião, e eu represento um grupo de moradores que não pode falar. Eu estou falando aqui que sou a favor da permanência da UPP na favela, só que se muitos outros que compactuam com a minha ideia botarem a cara aqui, vão tomar tiro, vão tomar surra. Isso aí é real. Só quem não é daqui não sabe que é assim. Então, o tráfico tem guerra, a guerra existe. Não é a guerra que a gente tem que combater, cara, é o que a gera.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ LUIZ FERNANDEZ - Deixe ela falar, pode deixar. Pode deixar, pode falar. Por mim, você pode falar. Pode falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ LUIZ FERNANDEZ - Não, não moro. Não moro. Não moro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ LUIZ FERNANDEZ - Concluindo, se todo mundo ficar aqui 4, 5, 6 horas achando que o problema da favela é a presença ou não da polícia, daqui a 3 ou 4 anos a gente vai estar reunido aqui de novo. Na polícia tem gente que não presta? Em qualquer lugar, até na igreja tem. Então, vamos ver se a gente tem outras propostas: educação, saúde, saneamento, moradia. Só polícia não é o que resolve, nem é o que resolve nem é o que estraga.

Era isso o que eu queria dizer. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, André.

Mariluce é a última inscrita, pelo que está combinado.



Só quero chamar a atenção: fazer uma audiência pública como esta não é fácil, dá trabalho. O caminho da democracia é um caminho trabalhoso. Se a gente fizesse na Assembleia Legislativa, com ar-condicionado, com pouca gente, certamente já teria terminado e a gente estaria almoçando, seria tudo tranquilo. Não é essa a proposta, não foi isso o que a gente fez. Então, dá trabalho.

Agora, a gente não pode achar que é democrático só quando vem alguém falar aquilo com que a gente concorda. Democrático é quando vem falar diferente. E aí não pode — desculpe-me, Cleonice — ser assim: quando falam algo com que eu concordo, eu acho ótimo e aplaudo, mas quando não, eu interrompo e não deixo falar. Isso, não! Em audiência pública, não! Perdoem-me, mas todas as falas foram garantidas e serão garantidas. Isso aqui não é um tribunal entre quem é a favor e quem é contra. Quem dera o problema fosse resolvido assim! Ele é muito mais complexo. Cleonice, as falas foram feitas e serão garantidas, independentemente do conteúdo e do entendimento. Isso foi discutido coletivamente. A democracia dá trabalho por isso, porque a gente tem que aprender a conviver com a diferença e a controlar o autoritarismo que cada um carrega dentro de si.

Então vamos lá. Mariluce, por favor, a sua fala é a última. Depois tem a parte mais importante, a parte dos encaminhamentos. Alguns já foram feitos aqui, mas a gente precisa sistematizá-los.

A SRA. MARILUCE MARIÁ - Boa tarde. Quem mora aqui na favela levante a mão, por favor! (*Pausa.*) A maioria não mora, não é? Então vou começar pelos direitos. Direitos constitucionais só existem da favela para fora. Isso é certo, todo mundo sabe. Cadê a educação? A gente dentro do morro só tem essa escola de ensino médio. Tem a Tim Lopes, mas não é aqui dentro, é na pista.

Cadê a nossa biblioteca, a parte inaugurada? Enfiaram lá o quê? Uma Clínica da Família. Como é que se vai fazer cultura com saúde no mesmo espaço? Agora a querem fechar definitivamente. Dentro da biblioteca, querendo ou não, as pessoas têm que saber que lá há crianças que utilizam o espaço. À revelia, mas utilizam.

Cadê o nosso Parque da Serra da Misericórdia? (*Palmas.*) O dinheiro foi liberado, a Prefeitura rescindiu o contrato e a verba voltou.



E a liberdade? Liberdade de quê: de expressão? A gente tem liberdade de expressão através das redes sociais. É o único lugar que abre espaço para a gente se expressar.

Vamos ver o lado humano da história. O direito à vida deveria ser garantido desde quando a pessoa nasce, mas a gente não tem uma maternidade aqui. A mais próxima está em Bonsucesso. Está certo que a gente não vai ter filho todo ano. Mas se a gente precisar tem que ir a Bonsucesso, tem que depender de o teleférico funcionar ou não, porque dizem que o meio de transporte mais divulgado hoje é o teleférico.

Aí entra a UPP. O Governo do Estado vem aqui com várias promessas para a gente, e a gente acredita. Deveria ter dado certo, sim, se os policiais, como a Deputada falou, tivessem sido educados para nos ensinar as leis, porque antes a gente não tinha acesso a elas. Só que a gente não tem acesso a merda nenhuma! *(Palmas.)* A gente não tem acesso a nada! Para que a gente quer aprender lei, se a gente não tem acesso nem ao mínimo, que é o direito de sair à porta de casa?

Eu vim dos Estados Unidos agora. Na conferência, disseram que disparo para o alto é o crime mais grave que existe na ordem policial. Por que as nossas casas estão todas baleadas? Não tem troca de tiro só de um lado, não. A gente sabe muito bem disso. É troca de tiro, mas nem toda vez a troca é entre bandido e polícia, não. Todo mundo sabe disso.

Então, eu só quero perguntar às mães aqui quem está disposta a se representar, a abrir um conselho de mães, e não deixar mais ninguém falar pela gente. *(Palmas.)* Não deixar! Ninguém pode ficar aqui levantando a voz, vindo lá da pista para falar da nossa dor, não. Meu filho estuda nesta merda aqui. Merda, não — me desculpe todo mundo que estuda aqui —, nesta escola. Mas ela virou uma porcaria depois que essa base entrou. Não é por causa dos policiais, não. Sabe por quê? É por causa da gente, porque a gente já devia ter movido um processo para tirar aquilo dali desde quando entrou. *(Palmas.)* Desde quando entrou! Só que a gente não tem acesso às informações. Foi o que eu disse lá na conferência. A Ângela estava na conferência e está de prova. Não adianta vir com termo técnico, não, porque quem não tem escola de segundo grau no morro não vai entender o que vocês estão falando.



Então, vamos repensar tudo o que estamos pedindo. A moradia é prioridade, sim. É, sim, porque os filhos das mães que estão esperando um prédio sair estão desesperados. Daqui a pouco eles é que vão lá para o meio. E aí a gente não vai poder fazer mais nada.

Então, em primeiro lugar, precisamos de paz e, depois, colocar em prioridade a prioridade de cada um. Não é só a minha, não. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Mariluce.

Vamos tentar concluir, porque já passou do horário combinado com a direção da escola.

Aliás, eu quero deixar claro a todas as organizações sociais, aos movimentos o seguinte: a CPI trouxe as taquígrafas, a quem quero agradecer a presença e o trabalho, e depois será disponibilizado para nós o conteúdo de todas as falas. E queremos disponibilizar às organizações presentes a cópia de todas as falas, a cópia do vídeo, do áudio, enfim, e as transcrições do que fizemos aqui.

Então, posso continuar? Muito obrigado. Vamos lá.

Algumas coisas importantes. Primeiro, no que diz respeito à Prefeitura, quero lembrar que esta é uma audiência pública da Assembleia Legislativa. Portanto, nós tratamos com o Governo do Estado, não podemos tratar diretamente com a Prefeitura. Podemos dialogar com a Prefeitura, mas o poder de fiscalização sobre a Prefeitura é da Câmara de Vereadores e não da Assembleia Legislativa.

Há uma questão central que diz respeito ao terreno de quem hoje recebe... São mais de mil famílias que vivem de aluguel social até hoje aqui no Complexo. É uma situação dramática, vamos acompanhar, mesmo em se tratando da Prefeitura.

Existe um terreno que tinha sido prometido. A gente vai conversar isso depois com o Subprefeito, que gentilmente atendeu aqui as pessoas. Não é nesse terreno que a gente deseja a construção do prédio da UFRJ, que é também um desejo muito grande dos moradores. Mas é evidente que não pode o desejo da construção do prédio da UFRJ ser um espaço destinado à moradia, que é outro enorme desejo também. Nós sabemos que é possível, sim, o bom senso de conseguirmos um espaço para a o prédio da UFRJ e outro garantindo a construção de moradia, que é uma das principais demandas do Alemão.



Então, a Comissão de Direitos Humanos tem o entendimento de que esse espaço tem de ser garantido aos moradores que recebem aluguel social e precisam da sua moradia. Então, esse é um encaminhamento que a gente faz na audiência.

O Alan está aí atrás? O Alan, o Leo, o Santiago, enfim, todo mundo.

Quero dizer o seguinte: estou propondo a quem nos ajudou a organizar isso tudo, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Assistência Social — e elas já toparam —, que estão aqui na Mesa, que elas, nesta semana ou, no máximo, no início da semana que vem, façam uma reunião com as entidades, com as organizações. E estou convidando todas as organizações para um bate-papo sobre uma mediação do que tem de ocorrer no Alemão, para que saia essa mediação das mãos da Polícia Militar. Porque a Polícia Militar é parte do conflito. Não tem como isso ser mediado por quem está dentro do conflito!

A Andrea está pedindo para falar.

Então, eu estou propondo que nesta semana ou na semana que vem, no máximo, as entidades se reúnam, a gente estará presente também, mais alguém do Executivo. E aí a proposta é de que as duas Secretarias trabalhem juntas com a gente, ouvindo e criando uma pauta para o Alemão, fugindo do debate, porque não adianta a gente só falar que não é só polícia — não é só polícia. E em que porta a gente bate? Qual é o assunto da gente? Polícia. A gente precisa quebrar isso na prática, senão não adianta.

Andréa quer falar sobre isso?

A SRA. ANDRÉA SEPÚLVEDA - Rapidamente, só para dar um retorno com relação a isso. Nós estamos propondo, e já separamos uma data, dia 15 de maio, sexta-feira, viu, Marcelo? Estamos com um auditório no 7º andar da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Estamos abrindo as portas para todos que quiserem ir. Sem ser esta sexta, na outra. A abordagem é essa mesma, o objetivo é chamar o máximo de Secretarias que nós pudermos. Já anotei todas as demandas ao longo do dia de hoje para que possamos dar algum tipo de resposta.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Dia 15, às 10 horas da manhã, no auditório que fica no 7º andar do prédio da Central do Brasil. O.k., gente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Não, não, tudo bem, mas essa, a primeira, é porque já está marcada com várias Secretarias. Pode haver outra aqui. Vamos garantir essa e depois criar uma agenda. É a primeira. Vamos ajudar, está bom?

Pode ser? Está marcada? Andrea, está marcada.

E as outras podem ser aqui, obviamente, é melhor ainda. Mas no caso dessa primeira, até para que outras Secretarias possam ser convidadas, o espaço já está reservado. Tudo bem, Udson?

O SR. Uudson FREITAS - É que nós também, dos coletivos, todos juntos, gostaríamos de uma data não apenas com vocês, mas também com a Prefeitura, o Governo e a Secretaria-Geral da Presidência, para podermos colocar também nossas propostas e nossas pautas. Porque não é só segurança, não é só educação, nós estamos privados de coisas que são dos três Poderes. Nós precisamos de todos os três juntos para nos ouvir sentados à mesa, porque não adianta ficar batendo na polícia, não adianta ficar batendo nos moradores, como está acontecendo. Nós temos que nos sentar, colocar as propostas na mesa e juntos fixar uma data para o início de tudo, para a finalização de tudo. E que nós, moradores, através de uma Comissão, possamos dizer o que nós queremos e fiscalizar o que está sendo feito. Não o pessoal de fora, porque estamos cansados de ver nosso dinheiro sair daqui e não voltar para cá.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - A proposta é exatamente essa. Eu só não posso garantir a presença de ninguém da Prefeitura, porque eu não falo por eles. Mas podemos convidar a Prefeitura para participar. A proposta é exatamente essa, é a mesma proposta que a gente está fazendo.

E, por fim, um dos pontos, que não é o único, que não resolve tudo, não vamos também criar ilusão, mas um dos pontos — eu já havia conversado antes com o Íbis — é que é evidente que ninguém consegue defender a manutenção dessa construção da UPP no pátio da escola. A consequência está clara, é evidente, foi uma tragédia, porque é só olhar para a escola, ninguém precisa de muito para ser convencido. É só olhar a fachada, é só entrar na sala da direção para ver qual é a “decoração” da parede que ninguém fica com qualquer resquício de dúvida de que não pode ser mantido, no pátio de uma escola, desta e de nenhuma outra, prédio de



UPP, porque traz para dentro da escola um espaço de conflito que é real.

Então, há acordo para que o prédio saia daqui. Agora, o mais importante — aí é a minha proposta para o Íbis — é a gente tentar garantir que no prazo de 30 dias — eu, particularmente, acho que é razoável — isso possa ser efetivado. E que a gente possa acompanhar tudo isso. Evidentemente, essa decisão não cabe só às pessoas que estão aqui. Que a gente possa, então, estabelecer o prazo de 30 dias para que o prédio saia do pátio da escola. Como poder fiscalizador, a gente acompanha isso e, evidentemente, daqui a 30 dias, ou antes, a gente vai fazer um novo encontro específico sobre esse tema.

Podemos garantir assim, Íbis? Quer falar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Envolve a Secretaria. Essa é uma decisão que não cabe nem ao Comando da UPP nem ao Comando da PM, envolve a Secretaria. Mas acho importante a gente tirar como resultado desta audiência o desejo explícito de todos os segmentos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Sim, sem dúvida. Não há nem por parte deles a defesa de que a sede continue aqui. Não dá. Agora, é uma decisão que cabe à Secretaria de Segurança.

Vamos encaminhar o material desta audiência ao Secretário de Segurança. Nós vamos oficialmente entrar em contato com ele. Até sugiro que os Deputados Federais aqui presentes façam o mesmo: entraremos em contato hoje, todos nós, com o Secretário de Segurança e relataremos a ele o resultado desta audiência e faremos o pedido oficial de que seja retirado do pátio desta escola esse prédio. Esta é uma pauta concreta. A gente documenta, manda cópia de toda esta audiência para o Secretário e tenta estabelecer o prazo de 30 dias, que acho razoável, para que se retire o prédio daqui. Tudo bem? Tudo bem, Martha?

Eu vi o Zen aqui, não o estou vendo mais. Está aqui. Assim como o caso do Zen, outros casos foram relatados, inclusive pelo Udson. Eu quero reforçar que é muito importante que todos esses casos de violações diretas às pessoas — não violações coletivas — sejam encaminhados pelo menos para a Comissão de Direitos Humanos, para que de lá a gente possa encaminhar para algum lugar, com a



concordância da pessoa que está ali fazendo a denúncia. Mas que a gente possa sair daqui — a equipe da Comissão está toda aqui — com isso agendado, para garantir essa documentação e a sequência disso. Está bem, gente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Não, não, a ideia é de que o prédio saia. A ideia é de que o prédio saia, para que depois não volte.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Não, não, aí tudo bem, mas é melhor do que está. Eu acho que não é o desejo da escola, pelo menos não foi isso o que eu ouvi da escola. Mas aí a decisão...

Você quer falar?

O SR. ALAN BRUM PINHEIRO - Rapidamente. Só queria dizer rapidamente que a gente acatou aqui coletivamente a sugestão de fazer a reunião com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos — SEASDH, mas é fundamental que as representações daqui tenham o aval do Governador para deliberar, porque a gente está cansado de ir a reunião e não haver deliberação. A gente está fazendo um pedido: que vocês façam uma consulta ao Governador e que ele empodere esse processo de deliberação.

A outra questão é a seguinte, Marcelo, rapidamente: a gente está muito cansado de aguardar sempre as ações fragmentadas. Nós temos uma proposta muito clara. São cinco propostas muito claras para o Complexo do Alemão. Hoje nós temos 19 mil jovens, segundo o IBGE — é um pouco mais —, entre 15 e 29 anos. A gente quer fazer uma política para a juventude do Complexo do Alemão. Eu estou falando aqui o que saiu em reunião de 17 grupos e instituições, as 12 associações de moradores, todos juntos, queremos uma política para a juventude que una os três níveis de Governo: o Município, o Estado e a Presidência da República.

E peço aos Deputados que façam a mediação com o Miguel Rossetto para que ele venha aqui negociar esse processo, porque a gente precisa dar oportunidade de acessos a essa juventude. Existem muitas ações, mas elas são fragmentadas. Essas ações precisam ser unificadas, precisam dar acesso a toda a juventude do Complexo do Alemão. Isso pode ser uma resposta muito mais



contundente de um ambiente seguro do que encher de polícia, encher de infrações aqui dentro.

Então, o que a gente está pedindo é o empoderamento das Secretarias para discutir com poder deliberativo. Não adianta a gente ficar fazendo reuniões, reuniões e reuniões e não haver uma solução clara.

É claro que a gente tem algumas questões pontuais com a Secretaria, mas a gente está fazendo um documento que em 15 dias estará pronto. A gente quer uma política universalizada para a juventude; a gente quer conversar sobre a questão de estrutura de saneamento básico universalizado. O saneamento básico deve vir para cá com o PAC, que gastou 1 bilhão de reais, fez canalização e continuam as valas a céu aberto. E lá está constando que foi feito saneamento básico. Se os senhores governantes não sabem, saneamento básico se compõe do esgotamento, da água pluvial, da água potável, da coleta de lixo, do cuidado com os vetores e do cuidado com as encostas, que já estão mapeadas. A gente teve cem famílias desabrigadas aqui, sendo que as encostas já estão mapeadas há mais de 10 anos pela Geo Rio. Mas as obras não deram conta desse processo.

Então, a gente quer discutir uma coisa mais consistente. O favelado sabe do que está precisando aqui para dentro. Então, nós queremos saneamento básico universalizado, para ter qualidade de vida. É questão até econômica, porque, segundo a Organização Mundial da Saúde, a cada um real aplicado em saneamento básico se economizam cinco em saúde. É qualidade de vida o que a gente está pedindo. Esse é o segundo ponto.

O terceiro é a Serra da Misericórdia. O Subprefeito está presente aqui. O Parque da Serra da Misericórdia foi decretado como a última área verde de toda esta região. Esse parque já está decretado. A Prefeitura devolveu 14 milhões da Caixa Econômica Federal porque não veio gerenciar para a implementação desse parque. Esses 14 milhões têm que voltar para cá. Tem que se criar o conselho gestor paritário — sociedade civil e Governo — para a gente poder fazer alguma coisa. Esse é o terceiro ponto.

O quarto ponto já foi mencionado aqui muitas vezes: são 1.230 famílias vivendo de aluguel social sem ter nenhuma perspectiva quanto às unidades



habitacionais. Construa e devolva para as pessoas as suas casas. Essa é a quarta questão.

A quinta: que se reconheça a comunidade, esse coletivo que está trabalhando no Complexo do Alemão como um fórum de acompanhamento das políticas públicas e se respeite esse acompanhamento como uma forma de diálogo da comunidade, que é aberta para todos e não só para as instituições. Então, nós temos esses cinco pontos.

Em 1 mês, Marcelo, a gente está querendo, sim, fazer um encontro, talvez aqui mesmo na escola. A gente já pede aos Deputados Federais e a todos que estão presentes aqui, porque a gente precisa fazer uma política de juventude integrada, articulada e universalizada. A gente precisa ter o poder público dos três níveis aqui e a gente está pedindo que vocês possam mediar e trazer o Miguel Rossetto aqui para se comprometer, também o Prefeito e o Governador.

A gente vai apresentar essa pauta consistente, porque nós temos capacidade de apresentar o que nós queremos para a nossa comunidade.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Obrigado, Alan.

Por fim, Alan, diante da sua fala, queria dizer o seguinte: essa pauta de uma reunião — é a mesma de que o Udson falou —, de tentar trazer um representante do Governo Federal — no caso, você cita o Rossetto —; do Governo Estadual, enfim, já estão aqui alguns, mas com capacidade de decisão; e do Poder Municipal, é uma pauta a ser construída lá no fórum junto com a Secretaria de Direitos Humanos, com a Secretaria de Educação, onde os moradores terão protagonismo nessa agenda do Alemão.

Qual era o nosso grande objetivo quando a gente fez a primeira reunião para organizar esta audiência pública? Não dá para ter um debate que seja exclusivo com a polícia. Não dá para a pauta ser só polícia. Não era esse? Esse era o motor principal do início da nossa conversa. E isto a gente está conseguindo: chegar ao final da audiência com um bom encaminhamento sobre isso.

A reunião vai ser com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, para organizar um conjunto de pautas que nunca foi, segundo os moradores do Alemão, só a polícia. Até mesmo para tratar



com a polícia não pode ser só com a polícia. Esse é o debate central que a gente concluiu em toda a organização e está concluindo aqui com todas as falas, que foram muito representativas, tanto da sociedade civil quanto do Estado. Esse é um espaço para ser organizado lá no fórum, com o protagonismo dos moradores.

Quero dizer mais: quero propor a esse fórum, a esse espaço que daqui a 1 mês — hoje é dia 4, eu estou sem calendário aqui —, mas em torno do dia 4 — tem que ver em que dia da semana cai —, em torno do dia 4 do mês que vem a gente faça um novo encontro aqui na quadra. Já deixaremos marcado. Dia 4 ou 5, aí vai depender do dia. Que na segunda-feira dessa semana — temos que olhar o calendário — a gente faça um novo encontro aqui, tentando já trazer alguém do Governo Federal, tentando trazer alguém da Prefeitura. A gente faz um novo encontro aqui, esperando que já não tenhamos mais um dos problemas, que é a presença da sede da UPP aqui na escola. A gente deixa marcado um novo encontro.

A primeira segunda-feira é dia 1º. Pode ser. Vamos tentar deixar para o dia 1º? Vamos ver se a escola pode. Beleza? Então, dia 1º. A gente vai estar de volta no dia 1º. A gente vai estar fora do Rio por um período no final do mês, mas no dia 1º a gente vai estar aqui no Rio. Então, está marcado o dia 1º aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Mas isso vai ser feito lá. No dia 15 tem reunião. Dia 15 tem reunião e está marcada. E aí todos os temas, desde o terreno à UFRJ, podem ser tratados ali.

Quero agradecer muitíssimo. Quero reforçar que hoje, daqui a pouco, na Assembleia Legislativa, no auditório do 6º andar do prédio anexo, a CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres no Brasil estará recebendo as entidades, estará dialogando, estará abrindo espaço para que essa discussão continue lá na Assembleia Legislativa.

Deputado Reginaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu consultei aqui os Deputados presentes, a Deputada Rosângela Gomes, que é aqui do Rio e é nossa Relatora, os Deputados Paulão, Sóstenes, Benedita, Jean Wyllys, Giacobbo e Erika Kokay. O que eu estou pedindo aqui ao Secretário da CPI? Para encaminhar



amanhã... Amanhã nós vamos ter audiência e reunião ordinária da CPI. Então, nós estamos pedindo o encaminhamento do requerimento, que vai ser aprovado, espero, por todos os Deputados da CPI, e nós vamos encaminhar solicitação para que o Governo do Estado retire imediatamente da Escola Theóphilo de Souza Pinto a unidade da UPP. Então, nós vamos aprovar isso amanhã, na Câmara dos Deputados, como encaminhamento. *(Palmas.)*

A Taquigrafia está aqui. Todas as falas, as reivindicações, as cinco ações expostas pelo Líder do Complexo do Alemão vão fazer parte do nosso relatório. A nossa Relatora está aqui, a Deputada Rosângela Gomes. E todo o teor desta audiência — peço, para tanto, a autorização do Deputado Marcelo Freixo — será incorporada ao relatório, porque também faz parte da atividade oficial da CPI esta audiência pública.

No mais, quero agradecer o carinho e o acolhimento de vocês e a opinião, a fala de cada morador que aqui, com muita coragem, mostrou a sua posição firme e independente — eu sei como o Estado é repressor.

Parabéns! Nós precisamos de uma sociedade que exerça na plenitude a cidadania. E temos que construir um Estado que respeite a cidadania e o cidadão.

Obrigado pelo carinho. *(Palmas.)*

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - O Raul está pedindo para passar a agenda aqui.

O SR. RAUL SANTIAGO - Para todos os jovens, por favor: a gente, possivelmente, no sábado que vem, vai se reunir na Vila Olímpica, lá na Grota, para construir juntos políticas de juventude para a juventude. A gente vai conversar e criar um documento para pressionar as autoridades para as coisas serem feitas como a gente quer, com o que a gente quer.

Então, quem puder, avise a todos os outros jovens. É um evento aberto. A gente vai ver o horário e vai botar na página do Facebook Juntos pelo Complexo do Alemão, e de lá compartilhar com as outras. Quem puder, por favor, fale com os outros jovens. A gente vai decidir o horário e postar lá.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Freixo) - Eu sei que todo mundo está saindo, mas eu recebi um recado importante: amanhã, das 9 horas às 18 horas, em



Brasília — para quem conhecer alguém que lá possa estar —, haverá uma plenária nacional dos conselhos e movimentos sociais contra a redução da idade penal. Será em Brasília, no Espaço Israel Pinheiro.

Obrigado. Está encerrada a audiência.